

**ATA Nº 7**

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de **dois mil e catorze** pelas nove horas e trinta minutos teve lugar, no **Auditório Dr. Jorge Gama**, nos **Paços do Concelho a Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal de Valença, cuja convocatória, datada do dia dezoito de setembro de dois mil e catorze, constavam da **Ordem de Trabalhos**:

<b>I – Período de Intervenção do Público.</b>
<b>II – Período de “Antes da Ordem do Dia”.</b>
<b>III – Período da “Ordem do Dia”, com os seguintes pontos:</b>
<p><b>1º- Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal;</b></p> <p><b>2º - Informação económico financeira do Município – 1º Semestre de 2014;</b></p> <p><b>3º- Quinta do convento de Ganfei – Declaração de Interesse Municipal;</b></p> <p><b>4º- Plano de urbanização da área empresarial de Valença – proposta final;</b></p> <p><b>5º- Procedimento concursal para preenchimento de um posto de trabalho na categoria de técnico superior de geografia – renovação de autorização;</b></p> <p><b>6º- Procedimento concursal para preenchimento de vários postos de trabalho – renovação de autorização;</b></p> <p><b>7º- Procedimento concursal para preenchimento de um posto de trabalho na categoria de direção intermédia do 2º grau para chefe da divisão económica e financeira – renovação de autorização e alteração do Júri.</b></p>

O **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Alberto Luís de Oliveira Vilas** após constatar a existência do necessário quórum deu início aos trabalhos, proferindo a habitual saudação protocolar. A todos os presentes deu as boas vindas, àqueles que já costumam estar e àqueles que vêm em regime de substituição, desejando um trabalho profícuo para todos.

Pela Mesa foram consideradas justificadas as faltas que chegaram ao Secretariado de Apoio e/ou foram presentes à sessão, do Sr. Deputado Sebastião Alves substituído pela Sra. Deputada Raquel Sanches; do Sr. Deputado Américo Cardoso substituído pelo Sr. Deputado Manuel Alberto Barros; da Sra. Deputada Maria Benvinda Gonzalez substituída pela Sra. Deputada Maria do Carmo, do Sr. Deputado Orlando Vasco Oliveira substituído pelo Sr. Deputado Luís Cruz e do Sr. Deputado Manuel Pereira substituído pelo Sr. Deputado António Lima.

Estiveram presentes os Srs./Sras, Deputados/as; Alberto Vilas; José Veríssimo; Elisabete

Viana; Inês Ferreira; Aurélia Correia; Jorge Moura Rodrigues; Paula Natal; ; Cristóvão Pereira; Avelino Marinho; Manuel Álvaro Gomes; Maria do Carmo Duarte; José António Nogueira; Óscar Silva;; Mário Cruz; Cláudia Labrujó; Jorge Gonçalves; José Miguel Abreu; Rui Ferreira; Manuel Brito; Francisco Romeu; Manuel Afonso; Fernando Aprício; José Areias; Maria Fernanda Ferreira; José Manuel Roda e os Srs./Sras, Deputados/as em regime de substituição: António Lima; Raquel Sanches; Manuel Alberto Barros, Luís Cruz; Maria do Carmo.

## I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

O **Sr. Presidente da Mesa**, seguindo a ordem de trabalhos, solicitou junto do público presente inscrições para o respetivo período, não se verificando qualquer inscrição.

## II – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”.

No prosseguimento dos trabalhos, os Membros foram informados do envio do projeto da ata n.º 6 para a respetiva apreciação, sendo que, após respetiva análise as correções solicitadas tinham sido contempladas.

Neste sentido, o **Sr. Presidente da Mesa** procedeu à abertura ao período da discussão da ata n.º 6, de acordo com as disposições regimentais, não se verificando inscrições para a sua discussão.

Assim e num universo de 29 votantes foi colocada a ata n.º 6 à votação, verificando-se o resultado seguinte: **0 (zero) votos contra**; **5 (cinco) abstenções** (Srs/as Deputados(as) Maria do Carmo, Luís Amorim; Ana Tomé, Manuel Barros, António Soares Pereira) e **24 (vinte e quatro) votos a favor**.

Desta forma **foi a ata n.º6 aprovada por maioria**.

No prosseguimento dos trabalhos, o **Sr. Presidente da Mesa** deu a palavra ao **Primeiro Secretário, José Manuel Bastião Veríssimo** que, após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, procedeu à leitura sumária do expediente recebido e expedido, no período compreendido de 26 de Junho a 27 de setembro de 2014. Informou de igual modo, que toda a documentação se encontrava à disposição dos Senhores Deputados no dia da Sessão, e sempre no secretariado de apoio, na Edifício do Arquivo Municipal.

De seguida, O **Sr. Presidente da Mesa** informou que o Grupo Municipal do PS tinha feito chegar à mesa três documentos: duas propostas e uma recomendação, para serem submetidos à respetiva discussão e votação os quais seriam fotocopiados para serem objeto de leitura/conhecimento.

Com o objetivo de não criar interrupção no andamento da ordem de trabalhos, o **Sr. Presidente da Mesa** solicitou que fosse efetuada a leitura por um dos subscritores.

Com esta contextualização, o **Sr. Deputado Óscar Silva** procedeu à leitura da proposta “**Construção de uma pista de Downhill no Monte do Faro**“, conforme transcrição seguinte:

### ***Construção de uma Pista de Downhill no Monte do Faro***

*“O Downhill é uma modalidade do BTT ligada ao Ciclismo, que consiste em fazer um determinado percurso em descida de bicicleta, no mais curto espaço de tempo possível, num trajecto de montanha com alguns obstáculos e irregularidades.*

*Esta modalidade surgiu na Califórnia, Estados Unidos da América, e em Portugal deu os primeiros passos em Porto de Mós, distrito de Leiria, tendo-se rapidamente expandido por todo o país.*

*No nosso concelho, existem já dois grupos de BTT, “Os Terores da Montanha” e os “Amigos das Duas Rodas”, que incluem algumas dezenas de praticantes de modalidades relacionadas com as bicicletas de todo o terreno. Se pensarmos num contexto ainda mais abrangente, em Tuy e na zona sul da Galiza, existem também algumas centenas de praticantes de Downhill e outras modalidades ligadas ao BTT, que fazem destas modalidades de “todo o terreno” um dos desportos radicais mais praticados na nossa região (ou Euro-Região).*

*Temos inclusivamente um jovem valenciano, ainda de tenra idade, o Nuno Martins, a destacar-se no Campeonato Regional de Downhill e que tem ainda uma promissora carreira pela frente. Em conversa com este jovem, ele confidenciou-nos que tem o sonho de ter na sua terra, em Valença, uma pista de Downhill onde os muitos valencianos que já praticam esta modalidade possam treinar e onde possam ser feitas competições que reúnam os especialistas de BTT/Downhill regionais e nacionais.*

*Nesse sentido, o Grupo Municipal do Partido Socialista de Valença propõe a criação de uma pista de Downhill, com as devidas características para a prática desta modalidade radical, num trajecto com início nas Antenas do Monte do Faro e final na zona das Azenhas. Uma pista de Downhill tem extensão de aproximadamente 2 Km e um piso em terra e com pedras e irregularidades próprias das zonas montanhosas, bem como a possibilidade da colocação de alguns obstáculos que a tornem atractiva para os praticantes da modalidade.*

*Para criar a pista de Downhill nesta zona, será naturalmente necessário avaliar os terrenos da zona em conjunto com a Junta de Freguesia de Ganfei e os Baldios desta freguesia, de forma a encontrar uma solução viável e de custo reduzido para a concretização desta proposta, de igual modo que os próprios praticantes existentes no nosso concelho estão disponíveis a ajudar com as questões técnicas necessárias.*

*De resto o investimento para a construção desta pista seria reduzido, pois exigiria apenas o desbravamento da vegetação existente nestes terrenos, com máquinas que o Município certamente dispõe e com a mão-de-obra dos funcionários municipais.*

*Posteriormente, a manutenção da pista exige a limpeza da vegetação que for crescendo para manter a pista desimpedida para a prática da modalidade.*

*Esta proposta pretende ser mais um incentivo à prática desportiva em comunhão com a beleza da natureza envolvente e das paisagens do Monte do Faro e pode ser também uma posta importante tendo em vista a criação e consolidação de provas, competições ou torneios de BTT e das suas variantes, como o Downhill, nesta pista em Valença, reunindo anualmente as centenas de praticantes destas modalidades existente no Norte de Portugal e na Galiza. O objetivo a médio – longo prazo pode ser inclusivamente a realização de provas dos Campeonatos regionais e nacionais de BTT e das modalidades inerentes, contribuindo desta forma para, com eventos de grande dimensão, atrair muitos praticantes ao nosso concelhos e divulgar o nome de Valença. Este*

*tipo de eventos funcionaria também como um estímulo à economia local, com toda a atividade gerada em torno dos mesmos.”*

De seguida, o **Sr. Deputado Luís Cruz** procedeu à leitura da proposta “ **Colóquios informativos à população Idoso do Concelho - Troca das Notas de 10 euros**”, conforme transcrição seguinte:

### **Colóquios informativos à População Idosa do Concelho – Troca das Notas de 10 Euros**

*“Desde o passado dia 23 de Setembro está em circulação em todo o território nacional a nova nota de 10 euros.*

*Tendo em conta os antecedentes e as burlas aos idosos que sucederam aquando da entrada em circulação da então nova nota de 5 euros, cabe a todas as entidades e agentes pugnar para que este tipo de situações não voltem a suceder, ou pelo menos, sejam minimizadas.*

*É do conhecimento de todos que a entrada em circulação das novas notas, como agora a de 10 euros, é um chamariz para os burlões se colocarem no terreno, fazendo-se passar por funcionários dos bancos, por médicos, por funcionários da segurança social, etc., para tentarem enganar as populações idosas mais isoladas e desprotegidas, para lhes roubarem as suas poupanças.*

*É certo que as autoridades têm estado cada vez mais atentas a estes fenómenos, mas ao nível local cabe aos agentes políticos terem um papel activo no alerta e na protecção dos idosos contra estas burlas que muitas vezes terminam com os nossos idosos enganados e sem as poupanças de uma vida.*

*Nesse sentido, o Grupo Municipal do Partido Socialista de Valença propõe que o Município de Valença promova, em conjunto com as Juntas de Freguesia e com as forças da autoridade (neste caso, a G.N.R.), colóquios ou sessões de esclarecimento sobre a entrada em circulação da nova nota de 10 euros e a forma de evitar possíveis burlas direccionados especialmente para a população idosa de todas as freguesias do nosso concelho.*

*Esta iniciativa exige naturalmente que o Município contacte as Juntas de Freguesia e a G.N.R no sentido de coordenar a organização da mesma e disponibilizar os meios necessários à sua concretização.”*

Por último, a **Sra. Deputada Ana Margarida Tomé** procedeu à leitura da Recomendação “**Vistoria aos Problemas técnicos nas barreiras automáticas da passagem de nível de Cristelo Covo**”, conforme transcrição seguinte:

### **Vistoria aos problemas técnicos nas Barreiras Automáticas da Passagem de Nível de Cristelo Covo**

*“Nos últimos meses, recebemos dois relatos de valencianos a dar-nos conta de eventuais problemas no funcionamento das barreiras automáticas da passagem de nível em Cristelo Covo.*

*Num dos episódios relatados, um motociclista aproximou-se da passagem de nível. Como as barreiras automáticas estavam levantadas e o sinal sonoro não acionou, ele avançou e no preciso momento em que estava a cruzar a linha ferroviária, as duas barreiras baixaram simultaneamente, tendo o motociclista que contornar rapidamente uma das barreiras, uma vez que um comboio estava a aproximar-se da zona de passagem. Conta o motociclista que apanhou um grande susto com esta situação, sobretudo porque este erro de funcionamento das barreiras foi repentino.*

*Noutro dos episódios referenciados, um valenciano residente nas proximidades estava a passear pela zona, quando verificou que um comboio passou na zona da passagem de nível, sem que as*

*barreiras automáticas baixassem e, uma vez mais, sem que o sinal sonoro tivesse accionado. Ante estes dois casos que nos foram transmitidos e que configuram situações de perigo aos utilizadores desta passagem de nível em Cristelo Covo, o Grupo Municipal do Partido Socialista de Valença vem dar conhecimento dos mesmos a esta Assembleia Municipal. De igual modo, propomos que esta recomendação seja enviada à REFER e que o executivo municipal contacte a empresa gestora dos caminhos de ferro, com o intuito de solicitar uma vistoria técnica aos mecanismos de funcionamento das barreiras automáticas desta passagem de nível e, em caso de avaria, solucionar a mesma.*

Após as referidas leituras o **Sr. Presidente da Mesa** considerou benéfico que o Sr. Presidente da Câmara Municipal e com o respetivo assentimento do Plenário desse informações sobre a matéria versada nos referidos documentos.

Pelo facto de existir concordância do Plenário com essa metodologia, foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença** que, após ter endereçada as respetivas saudações protocolares, disse relativamente à recomendação para a vistoria aos problemas técnicos nas barreiras automáticas da passagem de nível de Cristelo Covo, que na Reunião da Câmara essa questão também tinha sido levantada pelos Srs. Vereadores do PS. Dessa forma, a REFER tinha sido imediatamente contactada, verificando – se que na passagem de nível existe um número de telefone gratuito para informar de possíveis avarias e, caso as mesmas se verifiquem, são detetadas automaticamente em Lisboa sendo que, não tinha sido detetada nenhuma avaria.

Quanto ao sinal sonoro, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença informou que existindo algum tipo de anomalia o mesmo só será detetado em vistoria técnica ao local. Não obstante, qualquer pessoa pode telefonar para o referido número de telefone e caso seja necessário fazer participação de avaria.

Relativamente à pista de Downhill no monte de Faro, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença informou que esse trabalho está em curso com a junta de freguesia , porque os baldios são mais uma identidade: a SOPORCEL, que tem o aluguer dos terrenos. Nesse sentido poderá haver muita boa vontade da Câmara Municipal de Valença e da Junta de Freguesia mas, se a SOPORCEL não der autorização para abertura de trilhos, nada pode ser feito.

Após a intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença e dado que a líder do grupo Municipal do PSD tinha solicitado um intervalo para reflexão, o **Sr. Presidente da Mesa** propôs que fosse efetuado um intervalo de dez minutos.

Pelas 10.20 horas e havendo quórum, foram reiniciados os trabalhos e conforme a ordem das apresentações dos mencionados documentos, o **Sr. Presidente da Mesa** procedeu à abertura das respetivas inscrições, sendo que a sua discussão seria em conjunto e haveria posterior votação individual.

Inscreveram-se os Srs Deputados Óscar Silva e Francisco Romeu.

O **Sr. Deputado Francisco Romeu**, que após ter apresentado as respetivas saudações protocolares disse que relativamente à primeira proposta tinha estado em julho com o Sr. Nuno Martins e foi abordada essa situação. Desde essa altura, que é pretendida a construção de uma pista de Downhill. Já tinha sido falado com o cicloturismo do Monte de Faro, responsáveis pela recente organização do BTT do Monte de Faro com muito público envolvido. Assim, constata-se em relação a esta matéria que os terrenos estão arrendados, especificamente à Lazer e Florestas e existe a necessidade do acordo com esta empresa, pois o trilho passará pelos respetivos terrenos arrendados.

Por sua vez, a existência de uma pista de Downhill, implica obrigatoriamente rampa de

obstáculos, sinalização, segurança e seguros, pelo que será necessário haver um estudo profundo sobre essa matéria. Todos os requisitos são já do conhecimento do Município, sendo que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença já tinha contactado o Sr. Deputado Francisco Romeu sobre essa matéria. Por último, salientou que havia várias associações em Valença, fazendo com que, tendencialmente, existisse alguma perda de representatividade em processos de negociação com os intervenientes.

O **Sr. Deputado Óscar Silva**, que pretendeu fazer alguns esclarecimentos relativos à proposta e ao que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença tinha dito:

Em 1º lugar que uma proposta nunca deve ser rotulada por atrasada e numa perspetiva de análise das empreitadas na freguesia de Ganfei não é feita qualquer referencia à construção de uma pista de Downhill, pelo que o Grupo Municipal do PS, não pode adivinhar que o Município já está a desenvolver esforços para concretizar essa proposta.

Em 2º lugar, tinha sido dito que o Sr. Nuno Martins tinha colocado recentemente uma publicação na sua página do *facebook* a informar que necessitava de apoio para que a supramencionada proposta fosse desenvolvida. Já tinha falado com pessoas do Município, com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ganfei e que entretanto estava a ser arrastado no tempo e não havia qualquer tipo de comunicação.

Nesse sentido, o Sr. Deputado disse que, o Grupo Municipal do PS tinha considerado por bem e devido ao referido contacto trazer à presente Sessão a proposta em discussão, porque, consideram que devem satisfazer as pretensões e as legítimas ambições dos valencianos.

Ainda foi dito que, quanto ao arrendatário dos terrenos no Monte de Faro, realmente o Grupo Municipal do PS também tem a indicação que é a Lazer e Florestas. Ainda foi referido que, quando foi referenciado o termo: avaliação, faz com que exista a ideia de que é apenas um assunto associado a custo financeiro. Naturalmente que os promotores da proposta será a Câmara Municipal, as juntas de freguesia, a Lazer e Florestas e a Assembleia de Compartes dos baldios para procurar, se possível uma avaliação que implique custo zero.

Não havendo mais inscrições, o Sr. Presidente da Mesa solicitou inscrições para a proposta seguinte: “**Colóquios informativos à população Idoso do Concelho - Troca das Notas de 10 euros**”

Após respetiva inscrição intervieram:

**Sr. Deputado Luís Cruz** que referiu que cabia aos agentes políticos e aos membros representarem a população de Valença do Minho e evitar excessos de burla com as trocas das notas de 10 € e 5 €. Com esse intuito alertou e pediu aos Grupos Municipais que votassem favoravelmente a proposta.

A **Sra. Deputada Inês Ferreira** que após ter apresentado as respetivas saudações protocolares, reconheceu que a proposta em discussão tinha virtualidades mas realçou o facto de quem promove essas sessões de esclarecimento é o Banco de Portugal e a GNR, sendo que esta última entidade já se encontra no terreno.

Dessa forma considerou que não existe a obrigatoriedade de ser o Município a promover as referidas sessões de Esclarecimento. O Município deverá colaborar com quem promove, especificamente através das entidades anteriormente referidas. Não obstante reforçou as virtualidades que contem, pelo que o Grupo Municipal do PSD concorda.

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Mesa solicitou inscrições para a Recomendação seguinte: “**Vistoria aos Problemas técnicos nas barreiras automáticas da**

### **passagem de nível de Cristelo Covo”**

Após respetiva inscrição intervieram:

A **Sra. Deputada Ana Tomé** que esclareceu o seguinte: o Grupo Municipal do PS tem o dever de trazer à Assembleia Municipal os problemas e as queixas dos Valencianos que representam. Porque é que um valenciano não telefona !, não apresenta queixa diretamente à REFER, esse facto é desconhecido. Apenas consideram positivo, pedir uma vistoria técnica para evitar eventuais acidentes que antes da própria barreira já existiam e, nesse sentido, consideram extremamente importante uma atitude preventiva.

Após a referida intervenção, o Sr. Presidente da Mesa informou que estavam as condições reunidas para serem colocados à votação as supra-mencionadas propostas e a recomendação.

Deste modo, a proposta “ **Construção de uma pista de Downhill no Monte do Faro**“ que num universo de 31 Deputados obteve o resultado seguinte: **Votos contra:** 0 (zero); **Abstenções:** 0 (Zero); **Votos a favor:** 31 ( trinta e um), pelo que a referida proposta foi **aprovada por unanimidade**.

De seguida foi colocada à votação, a proposta “ **Colóquios informativos à população Idosa do Concelho - Troca das Notas de 10 euros**” que num universo de 31 Deputados obteve o resultado seguinte: **Votos contra:** 0 (zero); **Abstenções:** 0 (Zero); **Votos a favor:** 31 ( trinta e um), pelo que a referida proposta foi **aprovada por unanimidade**.

Por último foi colocado à votação, a Recomendação “**Vistoria aos Problemas técnicos nas barreiras automáticas da passagem de nível de Cristelo Covo**” que num universo de 31 Deputados obteve o resultado seguinte: **Votos contra:** 0 (zero); **Abstenções:** 0 (Zero); **Votos a favor:** 31 ( trinta e um), pelo que a referida Recomendação foi **aprovada por unanimidade**.

#### INTERVENÇÕES POLÍTICAS E INTERPELAÇÕES AO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

O **Sr. Presidente da Mesa** prosseguiu com a Sessão e de acordo com a alínea d) do artigo 35º do Regimento abrindo as inscrições para este último ponto do respetivo período.

Intervieram os Srs (as) Deputados (as):

**Sra. Deputada Cláudia Labrujó** que após ter apresentado as respetivas saudações protocolares informou que seriam colocadas quatro questões, nomeadamente: a existência de uma afluyente do rio Minho, conhecida por rio Furna ou Maneio que tem alguns problemas de questões ambientais: em junho e sem chuva aparecia com uma mancha branca contínua e leitosa a partir de Gondomil. Em setembro, com as primeiras chuvas, repetiu-se a mesma situação. Nesse sentido foi perguntado ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença se tinha conhecimento dessa situação e na eventualidade de, a não ter, solicitou que obtivesse conhecimento sobre a mesma através do meio ambiente e da defesa civil e conseqüente comunicação ao SPSA para que fosse realizada investigação. Um outro assunto, relacionou-se com a internet na freguesia de Friestas, pois tiveram conhecimento que não estava a funcionar. O terceiro assunto, relacionou-se com existência de muita água quando chove à frente do portão principal do jardim municipal de Valença e as pessoas querem atravessar a passadeira que se encontra nesse local e não conseguem, que dado todo o movimento de carros daquela zona cria situações de perigo. Uma outra questão relacionou-se ainda com essa mesma área: a falta de existência de rampa para pessoas portadoras de deficiência que, provavelmente por qualquer lapso não foi criada, situação contrária ao que ocorre noutras áreas de Valença.

Comunicou também a existência de silvas à frente da residencial ponte seca e que saem para o passeio através de terrenos particulares prejudicando a circulação dos transeuntes e criando até situações de perigo.

Por último, a Sra. Deputada Cláudia Labrujó solicitou informações relativas à situação da Quinta do Prazo no que diz respeito ao saneamento e o que a Câmara Municipal de Valença pretende fazer no futuro.

**O Sr. Deputado Francisco Romeu**, disse que a sua intervenção se prendia com as festividades concelhias, nas quais as freguesias têm um papel muito importante. Nesse sentido informou que não comungava com a data organizada pela Comissão de Festas, pois a data aceite é o 15 de agosto, pois é a peregrinação à N.ª Sra. Do Faro e, como tal, deveria ser à volta dessa data que se devia organizar as festas. O Sr. Deputado salientou ainda que não havia tradição de festas concelhias, como também, mostrava-se cada vez mais difícil encontrar pessoas para fazerem parte da Comissão de festas.

Não obstante considerou que não deve ser posto em causa uma data mais ou menos adquirida para as festividades, mesmo que nessa data existam outras festas já com muita tradição noutros concelhos, dando como exemplo, o que se passa na freguesia de Ganfei com a festa de Sta. Rita que coincide com outras festas. Ainda disse que era de louvar a existência de comissões de festas e que as festas concelhias deste ano tiveram muitas pessoas, provavelmente mais do que Vila Nova de Cerveira, mas menos do que Viana do Castelo. Considerou que, o reposicionamento sobre esta matéria é muito importante e deve ser valorizado as nossas mais valias como Concelho, mas deverá haver noções, pois existem festividades no distrito de Viana que têm séculos de história.

Desta forma solicitou à Câmara Municipal de Valença especial atenção à questão da data escolhida para as festividades, como principal patrocinador da mesma.

Uma outra questão relacionou-se com o facto de, neste último período de muitas visitas à Fortaleza, existiram turistas que questionaram: porque é que do mês de junho a setembro, ao sábado e domingo não existe só o parque da Coroada para servir de parque de estacionamento de carros?

Nesse sentido, o Sr. Deputado salientou o facto de, se são os próprios turistas a fazer esse tipo de questões e, Valença tem o maior evento que possa ter, sendo o mesmo exatamente a Fortaleza: um evento diário com meio milhão de pessoas durante o verão, porque não atender a essa mesma realidade?

**A Sra. Deputada Fernanda Sousa** que após ter apresentado as respetivas saudações protocolares disse que, no passado mês de agosto foram colocados parquímetros na Av. do Colégio Português, na Av. de S. Teotónio e no estacionamento juntos às Portas do Sol. Era uma medida que já algum tempo era reclamada pelos comerciantes, que têm estabelecimento comercial nessas zonas, mais especificamente na ruas do centro urbano. Essa medida veio a obrigar a alternância nos lugares de estacionamento que em muito beneficia e facilita quer comerciantes, quer os clientes que utilizam esse estacionamento. Bem haja ! por esta medida.

**O Sr. Deputado José Roda**, após ter apresentado as respetivas saudações protocolares, agradeceu a verba que tinha sido atribuída para a compra do trator para a freguesia de Verdoejo.

Agradeceu ao Sr. Presidente da Câmara, aos Srs. Vereadores pelo apoio que deram na organização e concretização do 1º encontro Luso – Galaico ocorrido a 21 de julho, o qual tinha sido um sucesso. Na continuação, aproveitou o seu momento de intervenção para pedir à Câmara Municipal de Valença que seja mais interventiva em Verdoejo, visto que nos últimos três trimestres pouco tem acontecido no que diz respeito a projetos e empreitadas, sendo a freguesia mais desfavorecida.

O **Sr. Deputado Álvaro Gomes** após ter apresentado as respetivas saudações protocolares, informou que a sua intervenção prendia-se junto de quem de direito: Sr. Presidente da Câmara Municipal, para fazer o seguinte ponto: depois de levantadas todas as discussões sobre o trânsito na zona escolar, foi passado um verão inteiro com abandono naquela zona, salvo algum alcatrão colocado num buraco, junto à escola primária. Apesar da celeuma havida, nomeadamente para os pais e encarregados de educação que usavam aquela zona, a Câmara Municipal de Valença naquela área, com exceção dos pavilhões nada fez, deixando ao abandono mais uma vez este verão. Durante os últimos anos, além de riscos contínuos que tinham sido colocados de « má memória» e que nessa área continuam, nada mais foi feito.

Porque entende que tudo o que se passou com os cidadãos que usavam o local e terem sido bem prejudicados pela GNR, considerou e ainda bem! que alguém com melhores ideias deixou de enviar para a referida zona escolar os seus guardas, pelo que, nesse sentido se encontra mais sossegado.

Não será a linha contínua motivo de não existência de acidentes porque de facto assiste a «muita boa gente» a cruza-la.

Ainda referiu que em tempo de chuva, as lombas colocadas naquele local e que não têm escoamento de água faz com que a chuva acumule e qualquer carro que por lá passa, mesmo devagar, acaba por molhar os transeuntes que se aproximam do passeio

O **Sr. Deputado Óscar Silva**, disse que recentemente a Câmara Municipal de Valença lançou o 2º orçamento participativo de Valença, enquadrado numa área temática designada por “Património cultural enquanto instrumento de afirmação do território”

Em 1º lugar pretendeu colocar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença a questão sobre se o primeiro orçamento participativo de Valença, que foi nessa altura, afirmado como um sucesso e cuja realização foi nos fins de 2012, porque razão: foi alterado radicalmente o processo de auscultação junto da população valenciana?

Com efeito e ao contrário de 2012, as freguesias do Concelho não foram percorridas de forma a permitir a apresentação dos projetos aos valencianos presentes nos «quatro» cantos concelho de Valença. Salientou ainda que, essa alteração do processo de auscultação, é mais uma confirmação que o 1º orçamento participativo não passou de uma iniciativa eleitoralista, talvez! Em 2016 – 2017 seja novamente percorrido o Concelho.

Em 2º lugar disse que, não concorda, sendo esta a sua opinião, com uma limitação tão estreita do tema para este 2º orçamento participativo, julgando mais vantajoso, um tema mais abrangente: a participação dos valencianos com propostas sobre as mais variadas áreas de interesse no nosso município.

Por isso, questionou o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença quais foram os critérios que levaram à definição desse tema para o 2º orçamento participativo.

Foi ainda salientado que pedir propostas à população valenciana para criar um evento de referencia que projete Valença internacionalmente, é pedir o que o executivo em cinco anos não tinha conseguido fazer. No entanto, realçou que acredita firmemente que a população valenciana estará à altura e dará uma resposta à falta de criatividade vigente iluminando o Município com um evento que tenha a repercussão e o impacto que Valença e os valencianos merecem.

No que diz respeito à festividade do bacalhau, realçou que mais uma vez e apesar do Município sempre se vangloriar da aposta na «prata da casa», neste evento, três dos quatro restaurantes aderentes vieram de fora do Concelho, sendo que, quanto aos Dj’s e outras iniciativas

musicais também vieram de fora do Concelho. Salientou ainda que, alguns Dj's valencianos ficaram magoados por terem sido excluídos da referida iniciativa. Nesse sentido, salientou que provavelmente a festada de bacalhau acabou por ser mais um evento que não teve o sucesso que Valença necessita, sendo reflexo de mais um verão pobre em termos de eventos culturais e de referencia no nosso concelho.

Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença, qual a estratégia cultural que está a seguir o Concelho de Valença.

Um outro assunto, teve a ver com o facto de ser o 2º ano consecutivo que a ESCE tem cursos sem qualquer tipo de candidaturas ou de alunos a candidatarem-se e outros cursos pouco concorridos. Reforçou a necessidade urgente de encontrar soluções e criar condições para ESCE ter uma oferta formativa mais atrativa aos olhos dos alunos candidatos ao ensino superior. Referiu ainda que esse facto é alarmante porque a ESCE é uma das principais valências do futuro C.I.L. de Valença, que se encontra em processo de execução de obra. Dessa forma, questionou com uma segunda pergunta ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença: o Executivo tem contactado a ESCE e o IPVC no sentido de serem analisados os resultados que constantemente se repetem, pois no ano passado tinha acontecido uma situação bastante similar. Salientou ainda a importância de serem encontradas respostas a este nível para que seja possível a ESCE ser uma instituição de ensino superior de futuro num processo de maior afirmação e de continuação em Valença.

Por último e como pequena nota, informou que no campo da feira tinha constatado que alguns regos das águas pluviais não tinham a grelha de proteção ou estavam muito danificadas representando uma situação de perigo, nomeadamente para pessoas mais velhas ou com dificuldade motora.

A **Sra. Deputada Raquel Sanches**, que após ter apresentado as respetivas saudações protocolares, na sua intervenção evidenciou os jovens cientista de Valença, conforme transcrição seguinte:

“É obrigação indeclinável das entidades públicas fazer justiça àqueles que, individual ou coletivamente, se distinguem entre os seus pares, e mais e melhor promovem a cidade, a região e o país.

Sendo certo que a natureza apenas bafejou alguns para ocuparem o patamar dos génios, sou dos que partilha a ideia de que por detrás da genialidade natural está, na maior parte dos casos, uma enorme vontade e esforço individual pelo aperfeiçoamento. E é aqui que reside a substância ou, se quisermos, a razão de ser do reconhecimento que as entidades públicas devem assumir perante a comunidade científica.

Na vida em geral e na política em particular, escutar a voz da história constitui um gesto de inteligência, decisivo para promover o desenvolvimento duma comunidade. E da história faz não só parte a teia política, mas sobretudo a obra, seja ela física e objetiva, seja ela de natureza mais subjetiva, explicitada por exemplo nas letras, na música ou na ciência.

Em qualquer caso o operário da história é sempre o povo. E no que à ciência e investigação diz respeito a Joana Moscoso e o Filipe Ribeiro já começaram a dar passos invejáveis para a evolução da ciência.

Uma das características das gentes no Minho é o sentido da partilha e do reconhecimento dos méritos alheios. Em Geral utiliza-os como estímulo para o desenvolvimento e progresso. Não me compete a mim desfiar o currículo de ambos.

Farei sim, uma breve referência biográfica de Ambos. Carlos Filipe Pereira investiga o

potencial das células estaminais na *Icahn School of Medicine at Mount Sinai* em Nova Iorque, Estados Unidos. O jovem Cientista completou a Licenciatura em Biologia em 2002 na Universidade do Porto, Portugal. Imediatamente após a licenciatura foi aceite no programa de doutoramento GABBA da Universidade do Porto. Ao abrigo deste programa completou o doutoramento com 28 anos no *Imperial College of London*, Reino Unido, onde estabeleceu pela primeira vez o uso de fusão celular para estudar a reprogramação de células do sangue em células estaminais embrionárias. As suas contribuições inovadoras na área justificaram a inclusão do Sir John Gurdon, prémio nobel em medicina em 2012, como examinador da sua tese de doutoramento. Durante os estudos de pós-doutoramento em Nova York, identificou uma combinação de proteínas que induzem células estaminais do sangue a partir de células adultas da pele. Este trabalho foi publicado e destacado na capa da mais prestigiada revista de investigação em células estaminais em Agosto de 2013.

Recebeu financiamento da EMBO (Heidelberg, Alemanha) para realizar esta pesquisa e foi recentemente premiado com uma bolsa da Fundação Revson (Nova Iorque, EUA) para explorar esta abordagem como possível fonte de células estaminais formadoras de sangue humano para transplantes em paciente com necessidade de transfusões sanguíneas. Publicou mais de 20 artigos em revistas de renome, mantém uma patente e contribuiu para a área científica de células estaminais e reprogramação celular. É também membro ativo da Sociedade Internacional de Células Estaminais, da Sociedade Internacinal de Hematologia e Células Estaminais e da Academia de Ciências de Nova Iorque. Durante a sua carreira foi distinguido com prémios do Rotary Club, Icahn School of Medicine at Mount Sinai, Revson Foundation entre outras. Carlos Filipe Pereira é apaixonado pela investigação em reprogramação celular e como podemos aplicar este conhecimento para terapia celular e medicina regenerativa.

No que se refere à Cientista Joana Moscoso, é Cofundadora e diretora da Native Scientist (é uma empresa sem fins lucrativos que visa ensinar línguas através da ciência), a Joana é também investigadora no Imperial College London na área da microbiologia molecular. Atualmente, tenta perceber como é que as bactérias resistem a altas concentrações de sal. Durante o doutoramento, estudou como as bactérias decidem como causar uma infeção aguda (curta e severa) ou crónica (de longa duração).

Nos últimos 4 anos, a Joana esteve envolvida em várias atividades de divulgação de ciência, incluindo a supervisão de alunos do secundário, a organização de workshops em escolas e a preparação de exposições. Em 2012, ganhou o prémio de Excelente aluno de doutoramento em Comunicação de Ciência no Imperial College. A organização do dia aberto do centro de investigação onde trabalha valeu-lhe a nomeação para o Prémio de Divulgação Científica da Sociedade Geral de Microbiologia, que acabou por ganhar. Organizou o LUSO 2012, uma conferência sobre Portugal em Londres que contou com a participação de um prémio Nobel da medicina, e fez parte da comissão diretiva da PARSUK (associação de investigadores e estudantes portugueses no Reino Unido) onde implementou a PARSUK Xperience (bolsa para estudantes universitários em Portugal irem ao Reino Unido fazer um projeto de investigação no verão). Adora viajar e à conta dos estudos já viveu na Suécia (onde fez Erasmus e trabalhou com uma bactéria capaz de degradar derivados de petróleo) e na Austrália (onde fez o mestrado e trabalhou com uma bactéria que causa diarreia). A sua descoberta científica mais importante até hoje foi a identificação de uma molécula muito pequenina que é importante para decidir que tipo de infeção uma bactéria causa: através da manipulação artificial da sua concentração, a Joana estabeleceu que níveis baixos da molécula levam a uma infeção aguda enquanto níveis altos levam a uma infeção crónica.

Estes Jovens Cientistas, são ambos filhos de comerciantes locais, o Filipe é natural de Vila Nova de Cerveira, têm 33 anos cresceu em Valença, a estudar entre perfumes, *batons* (Perfumaria

Liana) e muitos turistas que visitavam terras valencianas. Quanto à Joana, é natural de Valença tem 29 anos e cresceu em Valença, no meio de muitos pratos, cafés, gelados e espanhóis (Restaurante Mané)

Como deputados que somos, para estes jovens será uma honra saber que por estarem fora de Valença não são menos valencianos, sobretudo quando esse “fora” é um resultado de objetivos pessoais muito concretos.

Valença tem de ser orgulhoso dos seus melhores filhos, hoje no que diz respeito à ciência, ontem e amanhã com outros cidadãos que se destaquem em outra qualquer área. É assim um privilégio dar a conhecer a quem desconhecia o brilhante percurso destes jovens Valencianos.”

Após a referida intervenção, o **Sr. Presidente da Mesa** informou que, dado o assunto a ser versado, foi procurado não interromper a Sra. Deputada Raquel Sanches, mas tinha sido possível verificar que tinha sido utilizado mais tempo do que aquilo que seria devido. No entanto e dada a importância do tema, considerou benéfico que a sua intervenção fosse até ao fim.

A **Sra Deputada Paula Natal**, que após ter apresentado as respetivas saudações protocolares informou que, no passado dia vinte de setembro, teve o prazer de estar na inauguração do novo troço de ecopista na N.ª Sr.ª da Cabeça - Cristêlo Covo *sua terra* - até Mantorras: Vila Nova de Cerveira.

Como sempre, não só o que diz respeito a Valença mas aquilo que diz respeito à sua freguesia, à sua terra, ficou muito contente com essa obra.

“Hoje”, esse troço permite a Valença ganhar uma via verde do norte a sul paralela ao rio Minho com um percurso de mais de 20 Km. A ecopista do Rio Minho faz parte da rede de percursos verdes do Alto Minho, beneficiando espaços naturais como a floresta ripícola, marginal ao Rio Minho, protegida pela rede Natura 2000. O biótipo da Veiga da Mira ou as ilhas do Rio Minho que pouca gente conhece. São espaços únicos de avifauna. o biótipo da Veiga da Mira é uma importante zona natural envolvente à margem esquerda do rio Minho com cerca de 300 hectares. A geografia da Veiga da Mira faz com que este seja uma área especial em termos de Habitat. Com este observatório, da avifauna, vai permitir que o visitante ou o turista conheça *in loco* as diferentes espécies presentes. Esta ecopista também é de referir que já mereceu o prémio de 4ª melhor via verde da Europa.

Por último, a Sra. Deputada Paula Natal disse: muitos parabéns! pelo excelente trabalho, pela excelente obra, pois é mais uma obra que contribui para o bem estar de todos que pretendam usufruir destas maravilhas da natureza.

O **Sr. Deputado José Veríssimo**, que após ter apresentado as respetivas saudações protocolares, na sua intervenção evidenciou a marca cultural de Valença, conforme a seguinte transcrição:

“A Marca Cultural de Valença afirmou-se, nestes meses, num projeto autárquico que tem potenciado a memória coletiva, tendo por base os nossos recursos, singularidade, genuinidade, diferenciação, numa parceria entre a Câmara Municipal e os movimentos associativos locais.

Valença, hoje, tem um cartaz cultural regular, ao longo do ano, o que tem permitido dar consistência e continuidade a um conjunto de iniciativas, alargar e fidelizar um público crescente. “Sons na Fortaleza” é um exemplo claro de promoção e criação de públicos de música erudita e jazz junto da comunidade valenciana. O quarteto de jazz “Marcel Pascual Quartet” ofereceu aos nossos jovens e ao público uma excepcional oportunidade de assistir a um concerto com os melhores profissionais.

Nesta área de intervenção, saliento ainda, “Tardes de Museu” que pretendeu dar a conhecer

o concelho de Valença, os seus museus e património. À descoberta das invasões francesas, da muralha à fortaleza, os jogos tradicionais no Revelim de São Jerónimo e os caminhos de Santiago foram alguns dos temas que os jovens valencianos exploraram durante o mês de julho e agosto.

Esta iniciativa inédita permitiu, também, que muitas crianças ocupassem as suas férias com atividades lúdico-pedagógicas, orientadas para a divulgação da cultura e história valenciana.

No Programa de Ocupação de Tempos Livres em Valença, as áreas de atividades desenvolvidas foram: cultura, turismo, património, desporto, lazer, ambiente, ação social e apoio administrativo.

O FUNKIDS é já uma referência para os jovens, no verão valenciano, com um conjunto de atividades lúdicas que pretendem ocupar os mais jovens na época de férias e proporcionar o contacto com diversos equipamentos e divertimentos do concelho e região.

Valença possui, hoje, um movimento associativo cultural com uma dinâmica crescente, numa opção estratégica do município de capacitar os agentes culturais locais. O conjunto de atividades que ao longo destes meses preencheram a agenda cultural da cidade e de todo o concelho são o exemplo de sucesso desta opção. O Parque da Senhora da Cabeça, na semana do RIO proporcionou uma semana repleta de atividades.

No âmbito da Eurocidade Valença/Tui Cultura, Desporto, Recreio e Lazer alarga-se a abrangência e projeção das atividades com um conjunto de iniciativas de que se destacaram:

- Eurocidade 10;
- Travessia a nado EUROCIDADE;
- Eurocidade CUP;
- Torneio de Tenis da EUROCIDADE;
- 1º Campeonato Ibérico de Kung-FU Tradicional e Kung-FU Moderno;
- Convívio Internacional de Parapente;

Não podia deixar de referenciar, também, o Festival Internacional de Piano I.K.F.E.M. (International Keyboard Festival e Masterclass), com 10 concertos e uma oferta que vai desde o piano, violino, órgão, flauta, percussão, contrabaixo, piano jazz e cravo.

O Desporto tem sido, também, um elemento essencial no desenvolvimento da sociedade valenciana.

Valença possui, hoje, uma assinalável atividade desportiva fruto de uma renovada dinâmica associativa, transversal às mais diversas modalidades, que está a envolver um número crescente de valencianos, com um conjunto de eventos como: triatlon ibérico; troféu universitário de andebol; torneio de hóquei da Eurocidade e torneio de futebol.

Esta realidade tem merecido o apoio da autarquia com uma eficaz gestão de equipamentos e incentivos.”

Após as referidas intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** deu de seguida a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença.

Na posse da palavra, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença respondeu às questões colocadas, porem, primeiramente quis voltar ao assunto da proposta de construção da pista de Downhill.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença realçou que a Câmara Municipal não faz

obras com base em pedidos de alguém, independentemente de quem seja.

Há um jovem com algum destaque em termos nacionais e se alguém o tem apoiado indiretamente é a Câmara Municipal de Valença, por exemplo, através de apoio logístico.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença, realçou a necessidade de ser dado « tempo ao tempo », sendo que o orçamento é de Junho e só a aquisição dos obstáculos representam 13.000,00 Euros, faltando ainda o valor da execução da obra.

Quanto à intervenção da Sra. Deputada Cláudia Labrujó, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença disse que tinham sido levantadas algumas questões pertinentes, nomeadamente a questão do leito do rio furna que chega à foz com o rio Minho num tom acastanhado. Essa situação, é similar ao que se passa em S. Pedro da Torre com o processo de lavagem de areia que faz com que a água fique suja. Tem sido alertada a SPSA, mas o facto é que essa situação não constitui crime para o ambiente, pois não ultrapassa as concentrações estipuladas por Lei.

No que diz respeito às questões da Internet em Friestas, de facto a Câmara Municipal de Valença deu apoio às freguesias, mas individualmente as freguesias têm a respetiva autonomia pelo que, será a junta de freguesia que poderá responder sobre esse assunto. Em relação ao problema da água à volta do jardim municipal, de facto essa situação constitui um problema.

O problema de água na Av. de Espanha foi resolvido e era mais problemático. Quanto à frente do portão principal do jardim, quando chove muito, dado que a zona é muito plana existe a tendência de acumular água.

Na altura, não foram feitos os devidos escoamentos, pelo que será necessário fazer uma intervenção a esse nível, tal como o desnível de acesso/saída do passeio.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença ainda referiu que a referida área tem sido objeto de alguma análise pois verifica-se muitas vezes alguma dificuldade de aceder à rua do Jardim como também de estacionamento, muito provocado pela existência dos contentores de lixo na referida área, numa rua naturalmente estreita.

Relativamente à existência de silvas uma parte do seu conjunto já tinha sido assinalada, pois pertence a um terreno particular cujo proprietário já foi contactado. Uma outra parte, é relativa a um loteamento e o responsável também foi alertado pelos serviços florestais da Câmara Municipal.

No que diz respeito à quinta do Prazo e conforme assunto versado na anterior Sessão da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença informou que tinha sido efetuada uma peritagem a ser disponibilizada ao proprietário. Não foi feita nenhuma intervenção pela Câmara Municipal de Valença, sendo que a intervenção realizada foi às expensas dos proprietários. Assim, esse relatório será disponibilizado aos mesmos como também aos Srs. Vereadores e Srs. Deputados Municipais. Foi ainda referido a existência de uma situação complicada, sobretudo porque passa na quinta uma conduta de saneamento que a prazo poderá existir interesse da Câmara Municipal que seja levantada e colocada bombagem, para a Câmara Municipal não ser constantemente incomodada por problemas de saneamento que acontecem, grande parte pelas movimentações de terra que foram feitas à posterior, sobretudo relacionadas com as águas pluviais.

Deste modo, com a referida peritagem, foi possível detetar uma situação que a prazo pode ser muito complicada para a aquele espaço e que a Câmara Municipal de Valença não tem nenhuma responsabilidade: nomeadamente, a linha de água que vem das azenhas, contrariamente ao que tinha sido dito. De facto, a água que vai para a quinta do Prazo, não é daquela zona nem da CP: é uma linha de água que vem das azenhas e como tal, poderá representar uma situação muito grave

aquando de eventuais dias de chuva forte e constantes.

Ainda sobre este assunto, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença fez notar que a peritagem possibilitou detetar que existem obras feitas sem as respetivas autorizações das entidades competentes, poderá no futuro originar graves constrangimentos. Pelo conjunto desses motivos é que foi realizada a referida peritagem, sendo verificável que cada vez mais há mais água na envolvente, porque é nesse local a linha de água que vem da nascente nas Azenhas.

Quanto à intervenção do Sr. Deputado Francisco Romeu sobre as festividades, salientou que quem marca as datas das festividades são as comissões de festas e, como tal, cabe a cada uma, tanto no concelho como nas freguesias.

Não obstante, salientou que marcar as festas todas em simultâneo não é positivo. De facto, no presente ano todas as grandes festividades tiveram um avanço nas suas datas mas que de forma generalizada se resumiu ao adiantamento de uma semana. Dessa forma, quem organiza as festas e marcação de datas, deverá equacionar essa situação.

No que diz respeito à intervenção da Sra. Deputada Fernanda Sousa sobre os parquímetros/estacionamentos, de facto verifica-se que o referido equipamento permitem solucionar uma boa parte da anarquia no estacionamento em determinadas zonas, sobretudo na cidade-nova e Avns: St. Teotónio e Colégio Português, havendo sem dúvida alguma rotação que favoreceu o comércio.

Não obstante, verifica-se como principal problema desta nova organização do estacionamento, o facto dos residentes nas referidas áreas terem dificuldade de estacionarem os seus carros, apesar da maior parte dos prédios terem garagens mas, entretanto, vendidas ou alugadas.

De qualquer forma, constata-se uma boa aceitação pelo valencianos sobre a referida organização do estacionamento.

Por sua vez, sobre a questão de vir a ser impedida a circulação de automóveis na fortaleza, é uma questão que começa a ser levantada, particularmente nos últimos dois anos e existindo condições de afluência de pessoas, como as que se verificaram no verão do presente ano.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença, realçou que, nesses «picos» de movimento, existirem carros e pessoas, será até um dia que aconteça um problema grande.

De facto, quando é atingido um universo de quinze mil pessoas por dia, situação que se verificou algumas vezes no mês de agosto, os carros são um problema e, verifica-se, que os vizinhos espanhóis cada vez querem andar mais à vontade, como tal, tem que ser iniciado um processo, não propriamente de impedimento de entrada, mas, por exemplo: havendo um parque na coroadada e existindo bolsas de estacionamento à volta da fortaleza, eventualmente, seria possível limitar o estacionamento de viaturas dentro da fortaleza ou, então, quando a obra estiver toda executada como é a intenção do Executivo, haver controlo de entrada na fortaleza. Toda esta situação será possível aquando de novas condições de estacionamento com o objetivo de serem minimizados alguns efeitos que esta situação possa ter.

Na continuação, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença referindo-se à intervenção do Sr. Deputado José Roda, salientou que os apoios dados à junta de freguesia de Verdoejo, são idênticos aos atribuídos a outras freguesias. O encontro Luso – Galaico e outros, pequenas intervenções de obras, são apoios dados mas que na sua génese também se verificam noutras freguesias do Concelho. Não obstante, em Verdoejo, o Executivo encontra-se atento a duas obras necessárias, as estradas para S. Tomé e para o Mindal, como também, a da via principal para a estrada nacional, existem estruturas que necessitam de arranjo definitivo.

Quanto à questão da Zona Escolar, conforme intervenção do Sr. Deputado Álvaro Gomes, presentemente, a empreitada do pavilhão municipal está finalizada, estando a decorrer a empreitada da piscina municipal. Atualmente, também são aguardados novos desenvolvimentos sobre a questão da EB 2-3/S. Existe o projeto da Câmara Municipal que inicialmente seria feito pela Parque – Escolar sendo que, atualmente, junto com a CIM Alto – Minho e CCDDR-N está a ser analisada a materialização de um processo idêntico aos dos outros centros escolares ou seja, existir execução de obra, com o Município a suportar os 15% desse valor. Para este facto, será necessário que o próximo QCA seja bem definida essa possibilidade, sendo que, ainda não está definida essa situação. Deste modo, em função da concretização da realidade Portugal 2020 e da possível abertura para os municípios avançarem com a obra, a Câmara Municipal executará a mesma em conjunto com toda envolvente da Escola. Consta-se que a escola não vai precisar de ter aquela dimensão, pelo que existirá aproveitamento para outros fins dentro do conceito académico nas suas várias vertentes. Todo este processo só poderá ser em 2015, pois os fundos comunitários já se encontram aprovados, implicando a sua apresentação no 1º semestre de 2015.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença ainda disse que, no espaço que intermedeia esta situação, apenas será feita operacionalidade de manutenção.

Relativamente à intervenção da Sra. Deputada Municipal Paula Natal, de facto, existem 20 Km de eco-pista, sendo esse facto uma mais valia para o Município, com grande poder de atratividade para os valencianos e para as pessoas que visitam Valença. Era constatada essa realidade na parte norte do Concelho e atualmente, já é possível contar com a parte sul que, dado o perfil do percurso e beleza associada, verifica-se também muitas pessoas a fazerem esse trajeto.

Salientou ainda, que a referida infra-estrutura só foi possível com a ajuda da União Europeia, sendo que, foi um investimento de cerca de 500.000 Euros com co-financiamento a 85%, pelo que será sempre muito bom as pessoas usufruírem daquele espaço.

No que diz respeito à intervenção da Sra. Deputada Raquel Sanches, ainda bem que os jovens cientistas têm orgulho em Valença e como tal manifestam esse interesse quando têm a possibilidade de regressar nos seus períodos mais livres.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Municipal José Veríssimo, considerou que de facto em Valença existe uma oferta cultural em permanência e como tal, ao longo de todo o ano, existem atividades: algumas com mais sucesso, outras com menos. Porém, o facto é que as coletividades estão envolvidas, os espaços para esse efeito estão quase sempre completos e, numa vista ao portal da Câmara Municipal e posterior comparação com outros Municípios, existe uma marca que distingue: a de muita atividade, muito dinamismo nessa matéria e havendo perguntas a outros Municípios qual é a opinião que têm sobre Valença: a opinião é muito favorável.

Porém, esse facto não quer dizer que o Executivo esteja satisfeitos com tudo!, continuam a considerar que é necessário um evento de referência. Não obstante, esse evento deverá ser sustentável e nesse sentido, algumas ideias têm sido testadas em alguns eventos levado a cabo pelo Município. Referiu ainda, o I.K.F.E.M como uma grande oportunidade para Valença, pois a criação de um festival de música clássica – caso não existissem jovens valencianos a estudar música clássica, não faria muito sentido!, porém, «hoje» Valença tem o início dessa realidade e, como tal, fará sentido dar todo o apoio a um festival de música clássica. O Sr. Presidente da Câmara Municipal ainda informou que o último festival de música clássica tinha custado 5.000,00 euros ao Município. Caso se verifique a concretização desse projeto no futuro como grande evento, poderá existir maior investimento no projeto, com captação de músicos da vertente clássica oriundos de outros países. Toda essa universalidade, será possível com a respetiva formação cultural.

Relacionado com essa matéria, o Sr. Presidente da Câmara Municipal informou que a AMFV – Academia de Música da Fortaleza de Valença viu na semana passada a sua homologação efetivada e, como tal, poderá desenvolver o ensino articulado de música em conjunto com a EB 2-3/S Valença. Deste modo, em Valença passou a existir uma Academia de Música reconhecida pelo Ministério da Educação, com cursos de música livre e de ensino articulado, sendo esta realidade uma grande oportunidade para Valença nesse âmbito. Terá que existir um enquadramento com a Fortaleza sempre muito presente no referido evento cultural de referencia.

Não obstante o conjunto das referidas situações, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença salientou a necessidade do Executivo estar atento a outras perspectivas sobre o assunto em questão, razão pela qual, o orçamento participativo do presente ano é sobre matéria cultural e patrimonial.

O **Sr. Presidente da Mesa** agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal e informou que, terminado que estava o ponto da ordem de trabalhos, passariam ao período seguinte.

### III – PERÍODO DA “ ORDEM DO DIA”.

#### PONTO 1º – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

#### PONTO 2º – INFORMAÇÃO ECONÓMICA – FINANCEIRA DO MUNICÍPIO – 2º SEMESTRE

Relativamente aos dois pontos do período da ordem do dia, o **Sr. Presidente da Mesa**, propôs que fossem discutidos as suas matérias no mesmo ponto, situação aceite pelo Plenário.

Com a respetiva inscrição, intervieram os seguintes Membros:

A **Sra. Deputada Cláudia Labrujó** que relativamente ao Ponto 1º, solicitou esclarecimento sobre os processos judiciais nrs: 2; 3; 7 e 14.

Quanto ao 2º Ponto, foi constatado após breve análise que os proveitos obtidos pela Câmara Municipal de Valença se devem aos impostos e taxas, sendo elas o IMI, o IUC, resíduos sólidos água e ocupação da via pública e refeições escolares – o que faz, voltar a salientar que o aumento dessas taxas implicam um maior custo nos «bolsos» dos cidadãos valencianos. Nesse sentido, gostaria ainda que fosse explicado de onde vem o aumento de 32,000,00 Euros em loteamento de obras. Considerou a existência de eventuais movimentações contabilísticas, conforme resumo: comparando o resultado líquido do exercício do 1º semestre de 2014: positivo em cerca de 11.000 euros, com o valor no mesmo período mas relativo ao ano anterior, que apresentou um resultado positivo de 301,000,00 Euros, salientado, que esse ano foi de eleições.

A **Sra. Deputada Ana Tomé**, pretendeu que fosse esclarecido, relativamente às questões relacionadas com empreitadas e projetos, o que se passa com o arranjo urbanístico das portas Afonsinas e do Ganadeiro, uma vez que que ainda julga que a referida empreitada esteja em execução. Nesse sentido, solicitou esclarecimento sobre, o porquê dessa execução estar parada há 3 meses?

No seguimento, a Sra. Deputada Ana Tomé também disse como recomendação, que todos

são conhecedores, conforme tinha dito o Sr. Deputado Francisco Romeu: a Fortaleza é o grande palco de Valença. Eventualmente as obras na mesma e na zona envolvente, devem ser evitadas na altura de maior turismo, nomeadamente nos meses de junho até ao fim de agosto, com particular atenção de obras iniciadas que terminem antes desse período. De facto, e por experiência própria os lugares de estacionamento não aproveitados nessas épocas causam bastante transtorno pois é o parque envolvente como também a primeira imagem que é dada de Valença aquando da chegada dos turistas à Fortaleza e quem por essas portas medievais entra.

Desta forma considerou muito importante que as obras sejam calendarizadas de forma a que, em diferentes áreas tão específicas, seja evitada a interrupção ou prolongamento de execução de obras: causa transtorno, são lugares que não existem e cria-se um mau aspeto a quem visita Valença.

O Sr. Deputado **Oscar Silva**, que se referiu à anterior intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença particularmente sobre os obstáculos para a construção da pista de DownHill com um orçamento de cerca de 13.000 Euros, com o acrescento das respetivas obras, sendo que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença tinha considerado um valor elevado.

Desta forma, o Sr. Deputado Municipal salientou a necessidade de ser contemplado que é um investimento com retorno, pois sendo criado um evento de BTT de referência que venha a reunir durante um fim de semana centenas de participantes, conseqüentemente irá ter um estímulo em termos económicos para a economia local, nomeadamente na restauração e da hotelaria. Nesse sentido, salientou que não devia ser avaliado apenas os investimentos de um ponto de vista mercantilista, pois deve-se perceber o que será o impacto, até porque, com todo o respeito pela realização do passeio sénior, existe nessa iniciativa um investimento de 35.000,00 Euros/anuais e, pela importância que esse passeio representa para as pessoas, não existem críticas a esse nível.

Assim, foi salientado a necessidade de serem autorizados, os prós e os contras de um investimento e não só ver que é necessário investir muito pois considera, num processo de comparação, os cerca de 13.000,00 Euros de investimento para um evento de referência em Valença, não pode ser considerado um valor elevado.

Relativamente à agenda anual de atividades culturais referida, de facto, considerou que Valença tem uma agenda muito vasta e que ocupa todo o ano, porem, também considerou verdade que muita atividade não significa muita qualidade e como tal existe um lugar para a atividade cultural relacionada com a identidade e às raízes da terra, que permita a participação dos grupos e de toda a gente da terra, mas, isso são iniciativas que acabam por ser mais dirigidas à população local do que às pessoas que potencialmente possam visitar Valença. Desta forma, reafirmou a urgência de ser criado um evento de referencia, projetando Valença nacional e internacionalmente, concordando que a Fortaleza seja naturalmente motivo central, porem sublinhando que em cinco anos, Valença continua sem esse evento, quando se constata que todos os Municípios vizinhos têm eventos de destaque com grande fluxo anual de pessoas de fora, incluindo muitos estrangeiros, sendo que, Valença continua desprovida desse tipo de eventos.

Na continuação referiu que, segundo informações de terceiros, o parquímetro na Av. Tito Fontes estaria avariado.

Relativamente a essa matéria, referiu a existência do estacionamento pago na Av. de S. Teotónio, especificamente aos dois lugares para cargas e descargas durante 24 horas, podendo ser utilizados duas ou três vezes por dia e depois o resto do tempo, não é possível estacionar no local: num sítio onde há pouco estacionamento disponível, pelo que, seria positivo o Município refletir sobre essa matéria, procurando colocar períodos de tempo, enquadrado naturalmente no horário

laboral, onde esse local para cargas e descargas exista porem, possibilitando mais flexibilidade, outra rotação nos lugares de estacionamento, pois esses lugares a maior parte do tempo não têm ocupação efetiva.

O **Sr. Deputado Luís Amorim** que após ter apresentado as respetivas saudações protocolares, salientou que já tinha sido falado a matéria sobre os melhoramentos a serem efetuados na EB 2-3/Secundária de Valença. Realçou que a intervenção seria de grande volume, com a possível demolição de alguns pavilhões. Não obstante, o Sr. Deputado salientou que já outrora tinha referido a questão das coberturas de fibrocimento existentes na referida escola pelo que pretendia sublinhar mais uma vez essa questão: tem conhecimento que alguns passadiços foram alvo de intervenção por funcionários da Câmara Municipal de Valença que, posteriormente foram interrompidos esses melhoramentos porque não estavam a ser cumpridas as questões ambientais, sendo que, além de ser grave em termos ambientais, também é uma questão muito grave na saúde pública dos alunos, funcionários e docentes. Por isso tem conhecimento que outrora estava programado pela Parque Escolar uma intervenção naquela escola. Referiu ainda que, atualmente através da DGEST, teve conhecimento que até 2017 não consta a EB2/3-S de Valença, como Escola a ser intervencionada nesse âmbito.

Deste modo, o Sr. Presidente da Câmara Municipal tinha abordado de forma generalizada a questão dos melhoramentos que seriam efetuados, mas pretendeu saber, se a breve prazo iraser feita uma intervenção nesse sentido.

No seguimento, pretendeu alertar também para outra questão já referida e que se relaciona com os melhoramentos necessários no Centro escolar de Friestas, nomeadamente as infiltrações de águas que estão a danificar a estrutura da porta do jardim de infância. Desta forma, gostaria de saber o que já tinha sido feito, se a garantia bancária da obra tinha sido acionada.

Alertou ainda para uma outra questão de extrema importância para Valença: o mau estado da estrutura da cobertura e das janelas do museu ferroviário da C.P, verificando-se falta de telhas, janelas partidas. Tem conhecimento da realização de um pintura muito parcial no exterior do edificio mas, que em nada resolveu. Salientou que Valença corre o risco, de um dia destes a C.P levar para outra localidade todo o material ferroviário do Sec. XIX existente e que se encontra no Museu, porque as instalações continuam a degradarem-se. O Sr. Deputado ainda disse que este assunto já tinha sido abordado, sendo que, haveria uma pressão pela Câmara Municipal para que a C.P resolvesse este problema.

Um outro assunto, relacionou-se com o pavimento, particularmente na rua que dá acesso à zona escolar e à rua 25 de abril, pois os ladrilhos encontram-se soltos e em muito mau estado, faltando grelhas junto às árvores, constituindo por isso um grande perigo, pois sendo uma zona de acesso à escola, verifica-se buracos a meio dos passeios, constituindo perigo para os transeuntes.

No seguimento, também foi referido que se deparou no anterior fim de semana, na rua da Rainha: rua que vai do cais à Urgeira, o piso junto da ponte da C.P tinha abatido, havendo uma fenda aberta no chão, provavelmente provocado pelos últimos dias de chuva. Não obstante, alertou para o perigo eminente pois a passagem na zona daquela ponte é muito estreita e qualquer viatura pode cair no buraco existente. Ainda disse que o buraco estava marcado com um ferro, mas dada a vulnerabilidade desse tipo de marcação, continua a representar um grande perigo e propicio a ocorrência de situações indesejadas.

A **Sra Deputada Aurélia Correia** que após ter apresentado as respetivas saudações protocolares, informou que tinha duas perguntas a fazer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença, não obstante, de forma generalizada algumas já terem sido introduzidas na Sessão.

Nesse sentido, pretendeu saber qual era o ponto de situação das empreitadas em execução, particularmente ao do fosso do Ganadinho e questionar se o empreiteiro tinha falido: o que realmente se passa com essa obra.

Uma outra questão, relacionou-se com as questões dos processos judiciais, particularmente os processos n.ºs 13 e 15 e qual o ponto de situação dos mesmos.

O **Sr. Deputado Soares Pereira**, que após ter apresentado as respetivas saudações protocolares, disse que a situação económica financeira do município é, sem dúvida, a pedra basilar da gestão autárquica. Impõe-se por isso um acompanhamento cauteloso desta matéria, mesmo quando se trata de uma informação intercalar, como acontece neste caso em que está a ser apreciado apenas a primeiro semestre do ano económico em curso. Apesar de intercalar, permite conferir a coerência e o desempenho do executivo no caminho da consolidação do equilíbrio financeiro do Município.

A informação constante do documento que é apresentado traduz, em sentido lato, a dinâmica a que esta Câmara já nos habituou, caracterizada por um controlo rigoroso da dívida, quer de curto, quer de longo prazo, sob as premissas da maximização da receita, da contenção na despesa, e da redução da dependência financeira do Município face a terceiros.

Os proveitos apresentam uma ligeira subida de 2% em relação ao período homólogo anterior, sustentados essencialmente pelo aumento da receita do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), do IUC (Imposto único de Circulação), e da cobrança relativa aos resíduos sólidos, água, e refeições escolares (vendas e prestações de serviços).

E os custos também apresentam uma subida de 7%, correspondentes a 416 mil euros, resultantes, quer da alteração da política de Transferências e Subsídios Correntes Concedidos às freguesias que passaram a receber mais prestações no período em análise, quer do aumento do próprio valor a transferir, e ainda do aumento dos custos associados às rendas de Edifícios.

Mas se a subida dos custos salpica de cinzento a avaliação financeira do período, os indicadores gerais de análise de curto prazo, e os de solvabilidade e de endividamento, sinalizam a consolidação do rumo certo e fazem transparecer a disciplina, o rigor, e a responsabilidade, da gestão desta Câmara. Mesmo assim, não podem de deixar de colocar as seguintes questões:

O aumento do número de prestações das Transferências e Subsídios Correntes Concedidos às freguesias, no segundo semestre terá efeito inverso? Isto é, Estes custos no segundo semestre serão inferiores aos do período homólogo?

Porque é que os custos associados às rendas de Edifícios, Assistência Técnica e Serviços Desportivos, aumentaram 133 mil euros?

Por último e como nota, o Sr. Deputado salientou que a dívida a médio longo prazo desce 184 mil euros e apesar de a de curto prazo subir 159 mil euros: a dívida total desce 25 mil euros.

Mesmo assim, a tesouraria: contas 11 e 12 também sobe de 1.373,9 Euros para 1.734,4 Euros, ou seja, mais 361,5 mil euros, representando um excedente de 386,5 mil euros relativo aos 361,5 mil euros adicionados aos 25 mil euros. Esforço despendido na diminuição da dívida a fornecedores, de 6,3 milhões de euros no início de mandato situa-se hoje em 3 milhões.

A **Sra Deputada Inês Ferreira** que salientou o facto de ter sido já assumido que a agenda cultural do Município, é uma agenda que é transversal todo o ano. Foram décadas de deserto cultural neste Município, foram décadas em que as associações culturais e recreativas do Município de Valença não viam o reconhecimento das suas ações voluntárias e generosas.

O “caminho faz-se caminhando”, já dizia o poeta António Machado. Neste sentido, o

caminho está a ser percorrido, passo a passo, devagar mas em passos firmes.

Relativamente ao evento, que na sua perspetiva pode ser o «tal evento» internacional que o valencianos desejam, o Sr. Presidente da Câmara Municipal já o tinha referido: o I.K.F.E.M.

Foi realizado o 2º festival internacional de piano da Eurocidade, sendo possível a quem esteve no primeiro ano e depois no segundo que, com certeza que se apercebeu: não só da qualidade dos professores e portanto: instrumentistas que proporcionaram a custo zero, espetáculos grandiosos em lugares emblemáticos e grandiosos da cidade de Tuy e da cidade de Valença. Não deixou de ressaltar alguma tristeza ao verificar que o público era essencialmente espanhol e havia poucos portugueses, inclusive, quando os eventos foram em Valença: no arquivo municipal e na Igreja de Santa Maria dos Anjos. De facto, mesmo as pessoas que não têm cultura musical, que não dominam a linguagem dos instrumentistas, fazia-lhes muito bem aperceberem-se da qualidade desses professores mas, para além disso, existem alunos que se inscrevem e que são oriundos de várias partes do mundo. Essa realidade, demonstra a grandiosidade intrínseca ao universo musical pois, apesar de não falarmos japonês, chinês, belga ou alemão, entendem-se e assim é por nós entendido, a mensagem musical transmitida. Esse, poderá ser de facto o novo evento de projeção internacional, porque já existiu e quando os mais novos vão para a sua terra, vão falar necessariamente de Valença. Porém, também é necessário referir outros eventos que em Valença foram feitos com elevada qualidade, nomeadamente: as muralhas digitais do Noroeste Peninsular realizadas na semana anterior; as jornadas Anastacianas que, reuniu um amplo leque de investigadores de várias universidades e de instituições portuguesas com estudos sobre uma figura muito importante: a obra do matemático, do filósofo e de um poeta que foi militar na Praça de Valença, que os valencianos querem que seja património da humanidade.

Finda a referida intervenção, o Sr. Presidente da Mesa informou que, terminada a intervenção dos Srs. Deputados inscritos, daria a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença.

Desta forma, o **Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença** iniciou a intervenção, referindo-se ao processo judicial nr. 2, o qual tem reporte a 2006 e está relacionado com a construção dos bairros de Cerdal. Nessa altura foi decidido pelo Município, em vez de ser construído um bairro em Bogim, existir uma divisão da empreitada e ser construído também um bairro em Passos. Esta situação acarretou para o empreiteiro custos de cerca de 340.000,00 Euros que o Tribunal não aceitou. O tribunal absolveu a Câmara Municipal de Valença, mas foram dadas instruções para que fosse realizada uma peritagem para que fossem avaliados exatamente os trabalhos a mais registados. O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença disse que considerava que o referido processo ainda iria durar mais alguns anos e tendencialmente com possibilidade de prescrição e, caso houvesse algum valor a ser pago, nunca seria o referido valor.

Salientou ainda que é um processo que corre o seu tramite comum, sendo que o processo nr. 3, já é um processo mais complicado e, de todos os processos, é aquele que o mais preocupa, porque foi um incêndio que ocorreu na zona industrial e danificou uma oficina, verificando-se ausência de licença de utilização mas havendo contador de água da Câmara Municipal.

No que diz respeito ao processo nr. 7, Águas do Noroeste, foi um questão ganha em 1ª Instância mas com posterior existência de recurso, havendo a possibilidade de ser resolvido em sede de acordo de partes, procurando que seja a custo zero para o Município. O Sr. Presidente da Câmara Municipal ainda referiu que esse processo, tem por base generalizada a necessidade de ser comprada a água às Águas do Noroeste de acordo com o contrato assinado em 2001, mas, foi ainda salientado que todo esse processo terá que ser de forma gradual.

Quanto ao processo nr. 15, o mesmo relaciona-se com a instalação comercial por trás do Ed. Lepanto que para todo efeito aquela construção não existe, nunca foi licenciada, nunca teve projeto de arquitetura aprovado, nunca teve licença de obras a pagamento e não é só isso, como alguém se instalou dentro, com a conivência de algumas entidades e pessoas. Como tal, tem uma ação de despejo e com queixa à ASAE e outras entidades, sendo que, a pessoa em causa avançou com uma providência cautelar para impedir o encerramento mas, segundo informações o estabelecimento já não tem atividade.

No que diz respeito ao processo nr. 14, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença informou que é uma ação que a Câmara Municipal de Valença intentou contra a privatização da EGF com violação dos estatutos, sobretudo da alteração unilateral dos estatutos da EGF que, conseqüentemente implicam alteração nos estatutos da ValorMinho e que não foram aceites.

Relativamente às questões relacionadas com as obras nas portas Afonsinas e portas do Ganadinho, de facto as obras estiveram paradas. Foi salientado que a empreitada tinha três componentes: portas do Ganadinho; portas Afonsinas e muro do Cavaleiro, sendo que a última está concluída, as portas Afonsinas praticamente concluídas e as obras nas Portas do Ganadinho foram retomadas no presente dia.

Esta situação, deveu-se ao facto de ter sido solicitado que a obra durante o mês de agosto e primeira quinzena de setembro não se realizasse. O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença ainda salientou que não haver obras, é uma situação diferente de estar o espaço disponível, sendo que, alguns lugares de estacionamento foram suprimidos. Não obstante a essa situação, verificou-se que a área do «campo de ténis» foi arranjada para ter uma grande área de estacionamento.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença, salientou que existe confusão quando as primeiras pessoas a ocupar certos lugares para estacionamento junto das portas, são exatamente alguns comerciantes. Desta forma realçou que, quando é invocado que aquele espaço é para quem visita Valença, lamenta ter que constatar o referido facto: os principais beneficiários, são os primeiros a ocupar os lugares. O Município está a desenvolver uma obra aprovada pela Direção Geral da Cultura do Norte e que estará concluída em breve. Porque é que a empreitada demorou?

Porque, o empreiteiro não veio a cumprir com o caderno de encargos logo em fase praticamente inicial da empreitada, desta forma, foi «convidado» a sair da obra, tendo que ceder a sua posição contratual a outra empresa: Artur Alves Freitas que, felizmente, tem realizado um bom trabalho no Município. A principal prioridade, foram as portas Afonsinas, porque havia um buraco aberto e de seguida, seria colocada a pedra que o Município pretendia e não aquela que o empreiteiro queria colocar em todos os projetos da obra. A pedra é sempre escolhida pelo dono da obra e como tal, os empreiteiros têm que trazer amostras da pedra para a respetiva escolha. O empreiteiro considerou que não tinha condições para continuar com a obra e desta forma, como anteriormente referido, cedeu a sua posição contratual.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença ainda fez referencia à questão do BTT – Eurocidade, pois atualmente é um evento de grande referencia: no primeiro ano havia 500 participantes e no ano seguinte já havia 1000 participantes, sendo que, esse evento traz pessoas a Valença, verificando que cerca de 90% são espanhóis. Assim e quanto à pista de DownHill é um segmento específico do desporto radical de bicicleta e o Município estará atento a essas preferências.

No que diz respeito a um evento de referencia e constatando a realidade dos Municípios vizinhos, também é verificável que existem Municípios que não têm eventos de referencia, sendo que, os Municípios que os têm é o resultado, muitas vezes de décadas de persistência e de

capacidade para cada vez mais melhorarem, com os naturais resultados em termos de fluxo de visitantes.

Desta forma é necessário trabalhar, correr riscos, errar, voltar a refazer e «andar para a frente». Quanto à questão dos locais de cargas e descargas, lugares de estacionamento para deficientes, decorrem de algumas orientações legais sobre esta matéria. Especificamente, no que diz respeito às 24 horas, ainda não se tinha apercebido dessa situação pelo que, se for possível proceder à alteração, será efetuada a respetiva correção.

Relativamente à questão das escolas e de algumas intervenções na rede viária, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença informou que sobre a EB 2/3-S de Valença, a DGEST informou o Município que durante o ano de 2015 tem disponibilidade para fazer a renovação do amianto, sendo que, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença disse que não sabia se o Município iria esperar até 2015.

Sobre esta matéria, de facto foi retirado o amianto dos passadiços que estavam em pior estado e no atual momento, as orientações do Instituto Dr. Ricardo Jorge são muito precisas: o amianto prejudicial à saúde é aquele que se está desfazer, sobretudo em espaço fechado. Desta forma o referido Instituto aconselha a não mexer no amianto, nem retirar, mas pintar para que o amianto não se desfaça com mais facilidade. Em Valença, verifica-se que o amianto que está por cima dos pavilhões, não está em contacto com as pessoas.

Em relação à Escola de Friestas um dos problemas é a eliminação do AVAC, durante a construção, motivo que origina a condensação no interior, pelo que se terá de gastar cerca de 20.000€, para colocar um extrator, bem como janelas ventiladas. Quanto ao resto, se o construtor não resolver, apesar das várias notificações, e não efetuar as reparações em obra, terá que se executar a garantia bancária.

No que diz respeito ao Museu da CP, o Município quer chegar a acordo para reaproveitar os apeadeiros para zonas de lazer e as cocheiras para um Museu, para se valorizar e guardar o espólio existente.

Por último, os cubos dos passeios da Avenida 25 de Abril foram assentes em areia, motivo pelo qual estão sempre a levantar.

**A Sra. Deputada Cláudia Labrujó**, referindo-se às Jornadas que têm existido em Valença, chamou a particular atenção para o horário subjacente pois, como no seu particular caso, colide com o horário laboral. Por sua vez, realçou ainda que muitas pessoas vivem fora de Valença e têm regresso para o fim de semana pelo que, seria um assunto a pensar: realizar estas atividades educativas, formativas e lúdicas mais aos fins de semana, por forma a haver mais participação e dar a oportunidade a todos a estarem presentes.

Quanto à questão das obras, nomeadamente o piso nas portas Afonsinas, considerou que existe uma desvirtualidade relativamente ao material original, mesmo na cor do mesmo.

Salientou ainda a necessidade de ser uma situação que requer muita atenção, pois se a zona amuralhada está a concorrer a Património da Humanidade, deverão ter em atenção e cuidado com os materiais e as cores, mantendo a traça original do edifício, uma vez que aquele local ainda pertence a intramuros e, neste momento, encontra-se com um piso amarelo.

Desta forma, gostariam de saber se a Direção Geral do Património Cultural deu o aval positivo para esta fase da obra nomeadamente a cor do piso? Outro reparo, o porquê de terem lavado um pano da muralha e toda a restante se manter na mesma?

O **Sr. Deputado Óscar Silva**, disse que, sendo certo que na 2ª Fase poderão preencher-se as vagas que não foram preenchidas na 1ª Fase, considerou que parece difícil uma vez que, dois desses cursos não tiveram nenhum colocado na 1ª Fase e outro desses cursos teve apenas 3 colocados na 1ª Fase, pelo que existe o risco crescente, até porque está a acontecer repetidamente nos últimos anos na ESCE, desses cursos terem muitas vagas por preencher e, mantendo-se esta situação, pode chegar a uma situação limite, em que se coloque inclusivamente em risco a continuação desses cursos.

Além disso reforçou que, dois dos referidos cursos sem nenhum colocado são de facto de regime pós-laboral, mas há um curso com apenas 3 colocados e 22 vagas sem preencher que dizem respeito a um curso de regime normal/diurno: Organização e Gestão Empresariais.

Nesse sentido, e uma vez que a ESCE é a principal valência do C.I.L. e a ESCE deve ser um parceiro estratégico do Município de Valença como entidade promotora da formação e do ensino superior, reforçou a necessidade de o Município, o IPVC e a ESCE estudarem soluções para inverter esta tendência de diminuição do número de alunos inscritos em cada ano letivo, de forma a viabilizar e fortalecer o Ensino Superior em Valença.

O **Sr. Deputado Luís Amorim**, realçou a importância efetiva da resolução dos problemas do piso junto da APPCDM e na Rua Domingos Aguiar ( frente ao edifício Via Sol) e respetiva colocação de grelhas nas covas das árvores, pela especificidade do movimento de transeuntes sendo que, o tempo restante para a sua intervenção foi cedido ao Sr. Deputado José António Nogueira.

O **Sr. Deputado José António Nogueira**, após ter apresentado as respetivas saudações protocolares, fez uma apreciação crítica das contas do primeiro semestre, dando particular ênfase à situação relativa ao passivo no que tange ao acréscimo de cerca de 1,2 milhões de euros, constante da rubrica acréscimo e diferimentos. Manifestou a sua profunda preocupação já que o investimento que subjaz não o tem como produtivo e passível de ser gerador de rentabilidade, posicionando-se ainda sobre outros aspetos, como seriam os resultados operacionais e os resultados correntes e sobre a sua variação negativa discordando sobre o que lhe está inerente.

Terminou percutindo que a prestação de contas submetidas, mais não é do que a inépcia deste executivo e uma visão que não satisfaz os interesses do Município, sem apostar no futuro, não passando de uma mera gestão de recursos, sem rasgos, pelo que vê com pessimismo o futuro de Valença.

A **Sra. Deputada Aurélia Correia**, prescindiu do uso da palavra.

O **Sr. Deputado Soares Pereira**, disse que a preocupação do Grupo Municipal do PS relativamente ao aumento dos custos também é a preocupação do Grupo Municipal do PSD. Nesse sentido, solicitando esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, referiu que parece que existe um aumento de custos episódicos que têm a ver com a não aplicação do princípio e da especialização por se tratar de um relatório intercalar e obviamente que, neste caso, não é possível espelhar exatamente as contas com todas previsões acréscimos e diferimentos que no fim do ano acarretam.

Contudo, não concordou na parte financeira com aquilo que foi dito. Considerou que era natural que o passivo aumentasse, sendo que o mesmo está relacionado com outras matérias.

Quanto ao resultado líquido apesar de não ser tão elevado como nos anos anteriores, pelo

menos em relação à dívida, verifica-se que apesar da dívida a curto prazo ter subido, a dívida a médio e longo prazo desceu 184.000 Euros e tendo em conta as disponibilidades das contas números 11 e 12, verifica-se que a dívida diminuiu cerca de 25.000 Euros, sendo que as disponibilidades no semestre anterior eram de 1.373.900 euros e no atual semestre são de 1.734.400,00 Euros, pelo que é considerado que não está com a dinâmica de outros tempos mas está no bom caminho.

A Sra Deputada Inês Ferreira, prescindiu do uso da palavra.

Após as referidas intervenções, o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença, que na posse da mesma salientou que a sua intervenção incidiria sobre as contas, referindo que são semestres e como tal, nem sempre, é bem possível uma comparação de períodos, porque há custos e proveitos que podem ser diferidos.

Aquando da intervenção do Sr. Deputado Municipal José António Nogueira que disse que o passivo aumentou, esqueceu-se que o passivo exigível da Câmara Municipal só tem duas rubricas: dívidas de curto prazo e dívidas de médio/longo prazo, verificando-se que estão a baixar. A dívida de curto prazo aumentou 159.000 Euros e a de médio/longo prazo baixou 184.000 Euros pelo que, em termos de dívida existiu uma redução.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença salientou que a dívida de médio/longo prazo está sustentada em contas bancárias que se vão pagando, sendo que, há pouco tempo atrás foi paga a dívida dos bairros sociais.

Foi ainda referido que, desde que é Presidente da Câmara Municipal de Valença, não foi contraída qualquer dívida, à exceção de um empréstimo de urgência – a curto prazo, no valor de 700.000 Euros logo no início do primeiro mandato para pagamento de salários e liquidado em 2010.

Não obstante reforçou que, caso seja necessário executar o QCA em vigor e surgindo outra obra interessante financiada a 85% e caso seja necessário 500.000,00 Euros, o objetivo da Câmara Municipal de Valença será de avançar, porque basicamente existe um fator muito importante: a obra é executada no tempo atual ou corre o risco de não ser mais possível.

No próximo QCA não haverá participação para a recuperação de edifícios, pavimentações, águas, saneamento. Caso a candidatura de Friestas for aprovada e caso a Câmara Municipal de Valença não tenha disponibilidade financeira, pois está a ser executado o C.I.L. e outras intervenções, caso se verifiquem determinadas dificuldades, a Câmara Municipal de Valença recorrerá ao empréstimo numa instituição bancária.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença disse que no passado a Câmara Municipal não tinha capacidade de endividamento e que neste momento já a tem, pelo que, caso necessário será utilizada para o bem do Município.

Foi ainda salientado que neste momento existem Câmaras Municipais no distrito de Viana do Castelo que já não fazem cabimentações, porque já não têm fundos disponíveis até Dezembro.

Ainda foi dito que gostaria que os fundos fossem maiores e que tem consciência que determinadas obras como o CIL e a Fortaleza, implicaria a eliminação de obras nas freguesias.

Desta forma, o único compromisso que o Município tem de passivo é a dívida de curto/médio prazo, sendo que o restante como anteriormente explicado, foram obras que recorreram a fundos comunitários.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença ainda salientou que as contas que foram aprovadas foram do ano de 2013 e atualmente o que está em análise são as contas do 1º Semestre de 2014.

Salientou que em 2013 tinha havido eleições e uma situação que aparece como óbvia é que no anterior mandato não foram feitas obras para ganhar eleições, nem para enviar faturas para o ano seguinte.

Não obstante, reconheceu que a renda da escola superior à Santa Casa da Misericórdia de Valença duplicou, pois passou de 2500,00 Euros para 5000,00 Euros, resultante da avaliação do Serviço de Finanças. Salientou ainda a obra do CIL, como também as obras do pavilhão desportivo e da piscina, com o respetivo reflexo na conta dos FSE. Desta forma realçou que essa é a situação das contas, mas continuam a estar equilibradas e os indicadores são favoráveis.

Quanto à referencia efetuada sobre a ESCE, a ESCE numa primeira fase, nunca esgota as vagas mas numa 2ª fase e com os mais de 23 anos, esgota.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença salientou que a garantia que tem, é que a ESCE neste momento tem em carteira alunos suficientes para esgotar as vagas, do mesmo modo, como no ano passado e há dois anos.

Quanto à importância estratégica da ESCE, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença salientou que o PS é contra a construção do C.I.L. E nesse sentido, reforçou que, caso a ESCE não tenha instalações novas é que poderá terminar. De facto, se a ESCE não deu o «salto» que deveria ter dado é porque nunca conseguiu construir as instalações. As atuais e particularmente para quem vem de fora e pretensamente queira estar em Valença: esse é um fator que deve estar em conta. O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença referiu-se ao seu tempo de estudante, informando que estudou na Faculdade de Economia da Universidade Nova, situação que muito o orgulha, sendo que atualmente a Universidade Nova pretende construir um novo *campus* universitário e os antigos alunos estão disponíveis para fazerem a respetiva contribuição e porquê?

Porque a Universidade tem um objetivo que é ser uma das maiores escolas da Europa e mundo na área da economia e da gestão e, como tal, as instalações também contam. Não são um fator determinante, pois o determinante é a qualidade de ensino. Deste modo, em Valença foram perdidos muitos anos para que a ESCE tivesse umas instalações dignas, reconhecendo porem, a necessidade de haver um constante trabalho de angariação de novos alunos.

A este nível, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença ainda salientou que tem feito a sua contribuição, como a assinatura de um protocolo da ESCE com Cabo Verde para que alunos que pretendam fazer uma licenciatura em Portugal. Desta forma, virão sete alunos de Cabo Verde para Valença, sendo necessário instalações que sirvam de residência de estudantes e, desta forma, o Município já disponibilizou um edifício para uma residência de estudantes universitários na Fortaleza, sendo que, o Município é um parceiro respeitado, tal como, o IPVC e tudo está a ser realizado para a concretização dos objetivos da ESCE.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Luís Amorim sobre as grelhas das árvores que estão no passeio junto à APPCDM, disse que o Sr. Deputado tinha razão. Salientou, que existe uma orientação mais arrojada, que seria a de retirar as árvores dos passeios, com o objetivo de serem plantadas num outro sítio, pois no meio do passeio, efetivamente ninguém consegue passar, pelo que no futuro será importante estudar a reorganização pedonal sem perder sentido prático e estético.

Após esta intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença, o **Sr. Deputado José António Nogueira** invocando o Regimento, solicitou através do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, um pedido de esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença.

Assim e na posse da palavra, disse que relativamente às contas do primeiro semestre de 2014 apenas se limitou a ler o relatório e constatou que o Sr. Presidente da Câmara Municipal se tinha zangado dos facto que constam do mesmo. Será que leu mal? - esse foi o primeiro pedido de

esclarecimento solicitado.

Um outro esclarecimento, foi que o Sr. Presidente da Câmara Municipal mais uma vez se tinha referido às finanças da Câmara Municipal de Valença, que consideram que a Câmara Municipal de Valença ficou depauperada com a governação socialista e nesse sentido voltou a perguntar:

Primeiro: faz-se as obras e depois recebe-se o dinheiro ou, o executivo anterior inventou alguma fórmula mágica, quando diminui os os resultados da Câmara Municipal?

Segundo: de facto quando passa junto ao restaurante Merendola, vê num *outdoor*: o seu futuro passa a 100 metros. O que constata é que o número de estudantes está a diminuir e a ESCE a não se impor no mercado.

Após o Sr. Presidente da Mesa ter endereçado as referidas questões ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, na posse da sua palavra disse que, o referido *outdoor* não era da responsabilidade do Município mas sim do IPVC e, nesse sentido salientou que ainda bem que o IPVC tem o arrojo de tentar conquistar alunos para aquele novo espaço, que muito orgulha o Município.

No que diz respeito às contas do 1º Semestre de 2014, o Sr. Deputado José António Nogueira tinha lido o relatório, sendo que com base numa leitura genérica: foi dito que o passivo tinha aumentado, mas deverá existir o bom senso de aferir o que é exigível para a Câmara Municipal de Valença: são as dívidas a fornecedores e a dívida à banca.

Não obstante, salientou também que tem havido algumas surpresas decorrentes este ano: os avanços e os recuos do tribunal constitucional. De facto, foram pagos o subsídio de férias, sendo que, foi o Município que assumiu esse tipo de realidade.

Quanto à questão da subida do salário mínimo, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença salientou que esta medida já em novembro terá repercussão nos salários pois, estes são indexados a esta medida e será o Município a assumir o respetivo aumento.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença disse que as contas estão controladas mas com muito bom senso. Quando os Srs. Presidentes da Junta querem mais obras, é necessário informar que é preciso aguardar. Salientou ainda a necessidade de existir atenção aos fundos comunitários, essencialmente no modo de acesso aos mesmos, pois existe falta de definição sobre esta matéria.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal informou que em breve terá uma reunião na CIM e pretende mais dados concretos sobre este assunto.

Após a intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença e dado que se passaria aos subsequentes pontos da ordem de trabalhos, o **Sr. Presidente da Mesa** propôs e teve a anuência do Plenário que os pontos três e quatro fossem apresentados pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal e com as respetivas inscrições individuais dos Membros, fossem posteriormente discutidos e houvesse posterior votação para cada um dos referidos pontos da ordem de trabalhos.

**PONTO 3º – QUINTA DO CONVENTO DE GANFEI – DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL**

**PONTO 4º – PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ÁREA EMPRESARIAL DE VALENÇA – PROPOSTA FINAL**

Na posse da palavra, o Sr. Presidente da Câmara Municipal informou que, em relação à Quinta de Ganfei, desde há alguns anos que a RAR tinha apresentado à CMV uma proposta de exclusão da reserva agrícola relativa à área de ampliação do convento, bem como da área de construção de moradias isoladas.

Na altura, em fase de PDM isso não foi possível e como tal não foi considerado o referido interesse da RAR e assim o PDM foi aprovado nos moldes que foi. Tem havido uma pressão da RAR para o estado de degradação do convento ao longos destes últimos anos, questionando mesmo se o Município não pretendia adquirir o Convento tal e qual como estava.

Atualmente foi apresentada uma proposta, a inicial era o aproveitamento para hotel que já tinha a concordância por parte da Direção Geral da Cultura do Norte e que não se impõem à transformação do Convento em hotel, o que daria cerca de doze quartos.

Porem, a rentabilidade de um hotel, tem que ter no mínimo sessenta quartos e, para isso, teria que haver uma ampliação.

Essa ampliação será feita de uma forma muito subtil para Norte e que praticamente quem estiver na zona sul, nem sequer irá ver.

A proposta inicial pressupõem a criação de 10 lotes: moradias isoladas a nascente da quinta, junto ao muro.

O Sr. Presidente da Câmara ainda disse que havia um objetivo, que seria a criação de um suporte ao nível de receita para custear o campo de *golf*.

A posição inicial do Município foi de concordar com as moradias mas, enquadradas num projeto turístico e, como tal, a proposta que está na presente Sessão: é a transformação do convento em hotel, ampliação do hotel juntamente com campo de *golf* e os dez lotes deixam de ser isolados e privados para serem um condomínio turístico.

Ainda foi salientado que não deverá ser a RAR a desenvolver o projeto, pois o seu negócio nuclear é agroalimentar, mas tem interesse na conclusão efetiva do projeto.

No prosseguimento, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença, relativamente ao Plano de Urbanização da Área Empresarial de Valença informou que tinham sido cumpridas as formalidades todas do ano de trabalho, sendo que, na última reunião da comissão de acompanhamento tinha sido confirmado, havendo condicionantes de algumas entidades, salientando, que uma delas ainda não está resolvida: áreas percorridas por incêndio. Nesse sentido, disse que, como os Srs. Presidentes da Juntas sabiam, as áreas percorridas por incêndio têm um período não edificável, durante 10 anos e que só se resolve havendo acordo das partes, pois tem que existir despacho do ordenamento para que isso seja possível.

O ofício da GNR iliba o Município de qualquer interesse ocorrido, mas também refere que, em sede de inquérito, verificando-se que afinal o Município teve nessa área qualquer interesse, seria uma situação muito problemática e, sobretudo, para o Ministério do Ordenamento.

Desta forma, o Sr. Presidente da Câmara Municipal informou que tinha realizado reunião

com os Srs. Secretários de Estado: do Ordenamento e da Administração interna, para entre serviços resolverem o problema, estando a trabalhar nessa matéria.

Deste modo, o Plano de Urbanização mantém-se na mesma, naquelas áreas que estão marcadas nas plantas de incêndio, sendo que é uma zona que não se poderá construir até haver uma solução. Atualmente está a ser feito pelo Município todo o trabalho interno, nomeadamente a criação de uma listagem de todos os incêndios para o SPCF, com o objetivo de verificar se houve inquérito ou se já foi arquivado. Por sua vez, aqueles cujo trâmites foram apresentados ao Ministério Público para inquérito será necessário saber junto do Ministério Público, se foram arquivados ou não.

Sobre esta matéria o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença informou que tinha sido dito que tudo estava arquivado, mas será necessário o respetivo suporte escrito e na eventualidade de existir uma certidão negativa a situação ficará ultrapassada.

No restante, o Plano foi aprovado e os seus usos são exatamente aqueles que estavam no PDM, ou seja, o Plano de Urbanização não pode alterar os usos definidos no PDM.

Assim o Município irá regulamentar os vários usos que estavam no PDM para a grande área de Gandra a S. Pedro da Torre, sendo que, essa situação irá permitir uma fase seguinte que serão os loteamentos. Assim, os interessados, nomeadamente a DST e a wai2be têm os terrenos da parte norte da plataforma, pelo que considera que terão todo o interesse a prazo de avançar com uma proposta de urbanização. O Sr. Presidente da Câmara ainda disse que esse interesse, advém da entrega de concessão em 2008 a um operador privado, sendo que, a Wait2be tem a concessão da plataforma logística de Valença.

Após agradecimento pelo **Sr. Presidente da Mesa** à explicação global efetuada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foram solicitadas inscrições para discussão do segundo e terceiro ponto da ordem de trabalhos. No seguimento das respetivas inscrições, intervieram:

A **Sra. Deputada Cláudia Labrujó** que disse, relativamente ao ponto 3, que um investimento dessa índole, será uma mais valia turística para o Município de Valença, porem, gostaria de ver alguns assuntos esclarecidos, como sendo o número de postos de trabalho e especificidades profissionais que um empreendimento dessa dimensão irá ter ou, caso contrário, se existe alguma previsão. Anteriormente tinha sido colocada uma proposta de empreendimento em Valença, que careceria de um parecer favorável da Assembleia Municipal para ser considerado de interesse municipal. A questão relativa à presente matéria, é a seguinte: Estas empresas ficam isentas de licenças e taxas, uma vez que são consideradas de interesse municipal?

Uma outra questão, foi: qual a data prevista do início e termo da referida obra?

O **Sr. Deputado Francisco Romeu** que disse: a Quinta do Convento / Mosteiro de Ganfei, é uma ânsia das pessoas de Ganfei. A oradora antecedente tinha falado em postos de trabalho, a freguesia de Ganfei estará atenta a esse importante fator. O Sr. Deputado ainda disse o grande interesse do projeto existente pela freguesia de Ganfei e do Concelho, salientou ainda que o convento se está a degradar com risco de caírem paredes, por isso, é muito importante que obra seja realizada pois, o que presentemente existe em nada glorifica.

O **Sr. Deputado José António Nogueira**, informou que o Grupo Municipal do PS votará favoravelmente, mas considerou que existem informações não suficientemente bem definidas:

Em primeiro lugar, a ampliação do convento/hotel e de seguida surgem apartamentos turísticos a ocupar uma área muito substancial;

Em segundo lugar, uma outra situação que não se afigura muito correta, que é a substituição da vinha pelo *golf* e, apenas sendo um campo de 9 buracos.

Porem, conforme tinha dito o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ganfei, o convento acabaria por cair e « mal por mal» a recuperação, eventualmente prevalecerá sobre todos os outros inconvenientes, nomeadamente: qual a água a ser usada, pois existem muitas fontes, sendo que, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ganfei tinha anteriormente dito que não iriam prejudicar terceiros e dentro desse aspeto, apenas não é para gerar o emprego: pois não é sabido se os postos de trabalho a serem criados serão para Ganfei; Valença, ou para pessoas de outros concelhos, como também, quando é que a obra será realizada. Não obstante, salientou que o PS Valença também estará atento e o investimento privado numa altura de crise como a atual, só o facto do projeto estar presente na Sessão, é um sinal positivo.

Por último, também foi referido que confiava que os Monumentos nacionais dispunham de determinadas regras e que a própria Câmara Municipal de Valença não deixe de respeitar os limites e as normas vigentes em vigor.

Quanto ao **quarto ponto**, o Sr. Deputado disse que votaria a favor, porem realçando o seguinte: o voto será favorável pois está sujeito a uma disciplina de voto, mas pessoalmente, votaria contra, pois foi a única pessoa que na Assembleia Municipal tinha votado contra o PDM: pois estava mal e o PU consequentemente estará mal, pois é uma emenda, porque mistura áreas residencias com indústria e depois, existe uma faixa junto à estrada que não se sabe muito bem, se é « carne ou peixe» ou seja, a definição e os usos estão mal, vai continuar mal. No entanto, entre o que está mal e o que pode ficar menos mal, apesar de tudo, parece que ficará menos mal e permitirá outras intervenções, mais investimento e, é por isso, que o Grupo Municipal do PS votará favor.

A **Sra. Deputada Inês Ferreira**, iniciou a sua intervenção com referencia ao monumento da sua terra, a sua aldeia. O Convento/Mosteiro de Ganfei foi sempre uma referencia para as gentes daquela terra. A Sra Deputada Municipal informou que tinha nascido nas Azenhas, mas foi batizada no Convento de Ganfei. A monumentalidade daquele edificio já existia há muito tempo que fora intervencionado sobre pena de «cair aos nossos olhos». Aquelas pedras que remontam a tempos imemoriais, é muito dificil saber ao certo quando é que foi fundado, apesar de ser sabido quando foi reedificado, mas alguns historiadores dizem que é do tempo da D. Teresa. Foi nesse convento que S. Teotónio aprendeu as primeiras letras, foi a escola dele.

Aquele território impôs não só em termos religiosos, como sócio económicos e culturais. O «condomínio» rural daquele espaço já deu origem a teses de mestrado pela importância que teve.

Acrescentou ainda relativamente à água que, pessoalmente era do tempo em que as Azenhas faziam partilha da água do regadio do convento. Havia água do Convento que servia os habitantes do território das azenhas e como tal o resto da freguesia também e, regavam-se os campos: os minifúndios da serra com a água do convento, ou seja, aquele espaço tinha água própria. Desta forma, vê com «muitos bons olhos» esta recuperação e, caso fosse pedida a opinião individual, naturalmente que podia haver pessoas que não queriam o campo de *golf*, queriam outro tipo de equipamento, etc.

Porem, seja o que for, desde que se recupere a monumentalidade do edificio, têm o nosso apoio.

Quanto ao **quarto ponto** a Sra. Deputada, salientou: até que enfim! que o Plano surge.

Porque da plataforma logística já se ouve falar há muitos anos mas, não haveria plataforma logística sem esse plano. Desta forma, será necessário começar a «casa pelos alicerces e não pelo telhado.».

Após a referida intervenção, o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença** que na posse da mesma, disse que em relação às taxas e apesar do

interesse municipal, não invalida o pagamento de taxas, pois o que está a ser preparado é uma declaração pública de relevante interesse municipal ou seja, é para desafetar de reserva agrícola no caso de Ganfei e Entidades.

Quanto aos postos de trabalho, há um documento que apresenta o número de postos de trabalho a criar para um hotel de quatro estrelas.

Em relação à questão da vinha, a proposta é de manter a vinha. No que diz respeito aos apartamentos não é uma área muito significativa, foi apresentada uma área de 3100 m<sup>2</sup> de construção, relativa a dez apartamentos, sendo um impacto muito limitado.

O Convento tal e qual como está, vai ser incluído numa rota que está a ser criada no âmbito da CIM: a rota do romântico, sendo que, é um processo que ainda está numa fase inicial.

O Sr. Presidente da Mesa, de seguida questionou os Srs. Deputados Municipais inscritos se queriam participar na segunda ronda, sendo que todos prescindiram do uso da palavra.

Desta forma, foi colocado à votação o terceiro ponto da ordem de trabalhos “ **Quinta do convento de Ganfei – Declaração de Interesse Municipal**” que num universo de 32 votantes teve o resultado seguinte: **votos contra; 0 (zero); abstenções: 0 (zero); votos a favor: 32** (trinta e um), pelo que esse ponto da ordem de trabalhos foi **aprovado por unanimidade**.

No seguimento, foi colocado à votação o quarto ponto da ordem de trabalhos “ **Plano de urbanização da área empresarial de Valença – proposta final**” que num universo de 32 votantes teve o resultado seguinte: **votos contra; 0 (zero); abstenções: 1 (uma)** - Sra. Deputada Cláudia Labrujó; **votos a favor: 31** (trinta e um), pelo que esse ponto da ordem de trabalhos foi **aprovado por maioria**.

PONTO 5ª – PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PREENCHIMENTO DE UM POSTO DE TRABALHO NA CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR DE GEOGRAFIA – RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO

PONTO 6ª – PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PREENCHIMENTO DE VÁRIOS POSTOS DE TRABALHO – RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO;

PONTO 7ª – PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PREENCHIMENTO DE UM POSTO DE TRABALHO NA CATEGORIA DE DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DO 2º GRAU PARA CHEFE DA DIVISÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA – RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO E ALTERAÇÃO DO JÚRI.

Na continuação, o **Sr. Presidente da Mesa** propôs que, na continuação da ordem de trabalhos os três pontos fossem discutidos no mesmo momento e votados separadamente, porque os três assuntos estão relacionados com os concursos internos e já anteriormente sujeitos à Sessão da Assembleia Municipal, sendo este processo, uma repetição para que a matéria que lhe é subjacente

possa estar disponíveis aos serviços da Câmara Municipal.

Desta forma e após a respetiva inscrição para os pontos 5º; 6º e 7º da ordem de trabalhos interveio:

O **Sr. Deputado José António Nogueira** que se referiu em primeiro lugar: que a renovação de uma autorização significa que a Câmara Municipal de Valença ao renovar o pedido de autorização, agiu mal em três momentos, porquê:

Porque está a criar procedimentos concursais, quando não tinha a possibilidade de os criar.

Salientou ainda que espera que para o ano que não estejam em Sessão da Assembleia Municipal porque, julga que, tanto o que decorre da lei, é necessário que saiam pessoas da Câmara Municipal de Valença e mesmo assim ainda têm que reduzir 2% de pessoal.

Nesse sentido salientou que, se isso funciona para cativar as pessoas, para dizer que a Câmara Municipal de Valença quer criar emprego, isso: não funciona.

Não obstante, existem situações que são mesmo necessárias criar como a existência de coveiros, a situação do chefe de divisão económica – financeira, não fazendo qualquer sentido as pessoas trabalharem e não receberem o que lhes é justo pelo que, o Grupo Municipal do PS votará favoravelmente.

O Sr. Presidente da Mesa questionou o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença sobre a utilização da prerrogativa de intervenção que, pretendendo a fazer e já no uso da sua palavra disse que, era uma situação em que a Lei em vigor limita mais uma vez a ação e a autonomia dos municípios, porque é sempre necessário recorrer a essas autorizações.

Se o número de pessoas que tinham apresentado pedidos de aposentação tivesse ocorrido até a anterior Sessão da Assembleia Municipal como estava previsto, o presente assunto não voltava à apreciação/deliberação da assembleia Municipal.

Porem, como os pedidos de aposentação têm vindo a ser diferidos, pretendemos assim que referido assunto venha mais uma vez à Assembleia Municipal. É um «preciosismo» da Lei, com necessidade, caso que a mesma seja verificada, ser autorizada de seis em seis meses pela Assembleia Municipal.

Após a referida intervenção, o **Sr. Presidente da Mesa** informou que havia condições para colocar os pontos 5º; 6º e 7º da ordem de trabalhos da presente Sessão à votação.

Assim, foi colocado à votação o **quinto ponto** da ordem de trabalhos “ **Procedimento concursal para preenchimento de um posto de trabalho na categoria de técnico superior de geografia – renovação de autorização**” que num universo de 31 votantes teve o resultado seguinte: **votos contra; 0 (zero); abstenções: 0 (zero); votos a favor: 31** (trinta e um), pelo que esse ponto da ordem de trabalhos foi **aprovado por unanimidade**.

No seguimento, foi colocado à votação o **sexto ponto** da ordem de trabalhos “ **Procedimento concursal para preenchimento de vários postos de trabalho – renovação de autorização;**” que num universo de 31 votantes teve o resultado seguinte: **votos contra; 0 (zero); abstenções: 0 (zero); votos a favor: 31** (trinta e um), pelo que esse ponto da ordem de trabalhos foi **aprovado por unanimidade**.

Por último, foi colocado à votação o **sétimo ponto** da ordem de trabalhos “ **Procedimento concursal para preenchimento de um posto de trabalho na categoria de de direção intermédia do 2º grau para chefe da divisão económica e financeira – renovação de autorização e alteração do Júri**” que num universo de 31 votantes teve o resultado seguinte: **votos contra; 0**

(zero); **abstenções: 0** (zero); **votos a favor: 31** (trinta e um), pelo que esse ponto da ordem de trabalhos foi **aprovado por unanimidade**.

No prosseguimento da Sessão, o **Sr. Presidente da Mesa** informou que todos os pontos da ordem de trabalho tinham sido discutidos e deliberados, pelo que existiam condições para colocar a ata em Minuta à votação sobre os pontos deliberados ao longo da presente Sessão.

Com esta contextualização, o **Sr. Presidente da Mesa** solicitou a respetiva leitura da ata em minuta ao Sr. Primeiro Secretário que, finda a mesma e colocada à votação, num universo de 32 votantes foi verificado o resultado seguinte: **Votos contra: 0 (Zero); Abstenções: 0 (zero) ; Votos a favor: 32 (trinta e dois)** pelo que **foi aprovada por unanimidade a Ata em Minuta relativa à ordem de trabalhos da presente Sessão**.

Após referida informação e pelas treze horas e trinta minutos, o **Sr. Presidente da Mesa**, comunicou que os trabalhos estavam encerrados, agradeceu a colaboração que todos os Membros tiveram com a Mesa na realização da presente Sessão e, despediu-se, com os respetivos cumprimentos protocolares.

Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presente Ata, a qual vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia Municipal Alberto Luís de Oliveira Vilas** e pelo funcionário que a redigiu.

**O Presidente da Assembleia Municipal**

**O Secretário de Apoio à Assembleia Municipal**

---

(Alberto Luís de Oliveira Vilas)

---

(Eugénio Manuel A. S. Domingues)